

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Educação, Informação e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Claudio Gonçalves da Silva Neto

**Indícios das relações entre público e privado na assistência à infância
na cidade de São Paulo (1870-1896)**

Ribeirão Preto
2022

CLAUDIO GONÇALVES DA SILVA NETO

**Indícios das relações entre público e privado na assistência à infância
na cidade de São Paulo (1870-1896)**

Dissertação apresentada para o exame de defesa junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca

Ribeirão Preto
2022

RESUMO

Esta pesquisa pretende estudar as formas pelas quais os estabelecimentos de assistência à infância, fundados no período de 1870 a 1896, na cidade de São Paulo, buscavam reconhecimento, auxílio e subvenção no Estado. Essa conjuntura, entrecortada por diversas transformações como crescimento populacional, alterações no campo do trabalho e pelo fim da escravidão, é marcada pela emergência de instituições de assistência na cidade, tais como o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto D. Ana Rosa, o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga e o Liceu Sagrado Coração de Jesus. A pesquisa é fundamentada em documentação como anuários estatísticos e de ensino, relatórios de presidentes de província e registros da Assembleia Legislativa, dando maior ênfase ao papel do Conde José Vicente de Azevedo na fundação do Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, por meio da análise de sua Estatuto e documentações contextualizadas dentro do período mencionado. Analisando as relações entre público e privado no campo da assistência à infância em São Paulo, o trabalho indica que havia relações de colaboração e subvencionamento, com destaque para os contatos com a Assembleia Provincial, para os pedidos de isenção de impostos, de doação de terrenos e de inclusão no orçamento público.

Palavras-chave: Infância; Assistência; História da Educação.

ABSTRACT

This research intends to study the ways in which child care establishments, founded in the period from 1870 to 1896, in the city of São Paulo, sought recognition, assistance and subsidies in the State. This conjuncture, interspersed with several transformations such as population growth, changes in the field of work and the end of slavery, is marked by the emergence of assistance institutions in the city, such as the Liceu de Artes e Ofícios, the Instituto D. Ana Rosa, the Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga Asylum and the Sacred Heart of Jesus Lyceum. The research is based on documentation such as statistical and teaching yearbooks, reports from provincial presidents and records of the Legislative Assembly, giving greater emphasis to the role of Count José Vicente de Azevedo in the foundation of the Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, through the analysis of its Statute and documentation contextualized within the mentioned period. Analyzing the relationship between public and private in the field of child care in São Paulo, the work indicates that there were relationships of collaboration and subsidization, with emphasis on contacts with the Provincial Assembly, for requests for tax exemption, donation of land and inclusion in the public budget.

Keywords: Childhood; Assistance; History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Isenção de impostos	25
Figura 2 - Abatimento do gás	25
Figura 3 - Concessão de terrenos.....	27
Figura 4 - Contribuição da “Estrella d’Apparecida”	40
Figura 5 - Alterações no Bairro do Ipiranga.....	42
Figura 6 - Disputa com o Barão de Ramalho	46
Figura 7 - Extinção do pensionato.....	48
Figura 8 - Extinção do pensionato (parte 2)	49
Figura 9 - Relatório sobre o Lyceu Artes e Officios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe - 1895 (parte 1)	60
Figura 10 - Relatório sobre o Lyceu Artes e Officios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe - 1895 (parte 2)	61
Figura 11 - Relatório sobre o Lyceu Artes e Officios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe - 1895 (parte 3)	62
Figura 12 - Relatório sobre o Lyceu Artes e Officios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe - 1895 (parte 4)	63
Figura 13 - Planta dos terrenos concedidos pelo Governo em favor do Asilo Nossa Senhora do Ipiranga (1889) - Parte 1.....	67
Figura 14 - Planta dos terrenos concedidos pelo Governo em favor do Asilo Nossa Senhora do Ipiranga (1889) - Parte 2.....	68
Figura 15 - Planta dos terrenos concedidos pelo Governo em favor do Asilo Nossa Senhora do Ipiranga (1889) - Parte 3.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estabelecimentos fundados na cidade de São Paulo entre 1825 e 1897	9
Quadro 2 - Relação de alunas ingressantes no ano de 1900	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 AS TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX.	12
2.1 As alterações demográficas, o imigrante e a industrialização	12
2.2 A reconfiguração paulistana por meio da abolição e da república	16
2.3 A educação como instrumento político na capital paulista.....	18
3 AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA: ORIGENS, DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS	21
3.1 Liceu de Artes e Ofícios	28
3.2 Instituto Dona Ana Rosa.....	31
3.3 Liceu Sagrado Coração de Jesus.....	34
4 AS RELAÇÕES ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: O PAPEL DO CONDE JOSÉ VICENTE DE AZEVEDO E A FUNÇÃO DO ASILO DE MENINAS ÓRFÃS DESAMPARADAS NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO IPIRANGA	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	60
ANEXO A - Relatório sobre o Lyceu Artes e Offícios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe (1895).....	60
ANEXO B - Estatuto de 1897 do Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga	64
ANEXO C - Plantas dos terrenos concedidos pelo governo em favor do Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga.....	67

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema de estudo os indícios de relações entre público e privado na assistência à infância na cidade São Paulo entre os anos 1870 e 1896. Esse período corresponde a um momento de profundas transformações na capital da província (depois estado), movidas em grande medida pelas consequências políticas decorrentes da crise imperial e do advento da República, bem como influenciadas pelo o crescimento populacional e, no campo do trabalho, pelo fim da escravidão, de sorte que a estrutura socioeconômica de São Paulo passou por importantes reconfigurações. Paralelamente a esses processos sociais, podemos observar alterações no campo da assistência à infância, principalmente no que diz respeito à criação e à atuação de novas instituições.

O impacto dessas transformações no campo da assistência e da educação destinadas à população (especialmente à infância) pobre, portanto, é um aspecto fundamental para o entendimento desse cenário. Importante frisar que iremos aqui, neste trabalho, versar, em boa parte do estudo, sobre a criança pobre, em sua maioria das vezes órfão¹ e institucionalizada.

A pesquisa realizada por Fonseca (2012) evidencia um aumento significativo na criação de instituições entre o ano de 1873 e 1897. Vale destacar que, durante esses anos, foram abertas 13 instituições de apoio às crianças desvalidas. Considerando que todas eram de iniciativa privada, a pesquisa pretende esclarecer como o conjunto de estabelecimentos fundados no período de 1870 a 1897 estabeleceu com o poder público relações de colaboração e subvencionamentos. Porém, é importante considerar que as questões ligadas à assistência à infância são anteriores ao período mencionado. Conforme Paulo Henrique Martinez (2003), nos idos de 1824 o tema já era discutido pela Assembleia Constituinte. No texto constitucional, encontramos no Título VIII - Disposições e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros (em seu artigo 179, inciso 3), de maneira superficial, a menção ao amparo social. O que podemos perceber é que, mesmo aparecendo nos debates políticos da época, não houve, segundo Martinez (2003), uma efetiva preocupação em delimitar parâmetros jurídicos para o

¹ De acordo com José Roberto do Amaral Lapa (2008), vulgarmente falando, órfão seria aquele cujo pai e/ou mãe havia falecido, diferente da lei, que na época atribuía esse rótulo apenas aqueles que havia perdido o pai, reconhecendo a lei, o pai, como o provedor, sem o qual a criança pereceria. Porém outros casos podiam levar a criança ser reconhecida como órfão, seriam elas: a interdição, perda do pátrio poder, segunda núpcias da mãe. Independente do motivo, a criança que precisarem da tutela, estaria protegida, em tese, por uma legislação específica e deveria ser atendida dentro dos parâmetros institucionais, assumindo-se então que esta era uma questão social, merecendo atenção da sociedade civil, de iniciativas privadas e de instituições das mais variadas natureza, como por exemplo, a Igreja.

problema da assistência, mantendo-se, no início do período imperial, as práticas assistenciais que vigoravam até então.

Em 1828, o governo imperial delegou ao poder local, através das Câmaras Municipais, dois compromissos: em primeiro lugar, tratava-se de fiscalizar e avaliar os serviços de caridade prestados pelo Estado; em segundo lugar, caso houvesse a inexistência da prestação desses serviços pelo Estado, caberia ao município, por meio das Câmaras Municipais, o compromisso de se fazer responsáveis pelas crianças órfãs da cidade, caso a urbe não contasse com os serviços da Santa Casa de Misericórdia. Nessa tendência, o Estado, de acordo com Martinez (2003), passou a uma atuação moderada no âmbito do amparo social,² deixando para os poderes municipais ou as obras de caridade a preocupação com os expostos, de modo que os desvalidos tinham dois caminhos a percorrer: as Santas Casas ou as Câmaras.

Em relação ao período destas mudanças e aos gastos e decisões do Império em relação ao amparo social, a atuação do Estado ainda era tímida no que diz respeito às decisões governamentais, de modo que, “em média, o número dessas *Decisões* não ultrapassou 3%, permanecendo abaixo de 6% nos anos em que esses índices foram mais elevados, tal como em 1827 e 1828” (MARTINEZ, 2003, p. 156).

O autor ressalta ainda que, de todas as decisões governamentais em prol do amparo social, metade das medidas beneficiava a região do Rio de Janeiro (município da corte e capital da província). Além do Rio de Janeiro, no período entre 1822-1825, as províncias de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia e Paraíba também foram beneficiadas pelas ações do governo, evidenciando um direcionamento localizado e pontual. Estes direcionamentos sofreram alterações, de maneira que algumas províncias entraram nas estatísticas e outras perderam seu espaço.

O amparo social passou, na época do Império constitucional, por diversas reorganizações, mas é possível afirmar que, mesmo com estas alterações, havia certa regularidade em relação a seu financiamento e uma constante sobre os valores sempre muito baixos. Ao estudar as relações do Império com as práticas de amparo social, é possível perceber sua inserção nas disputas políticas deste período, conforme indica Martinez: “o amparo social não restou confinado aos cantos da caridade, entregue à ação generosa da sociedade e da

² O termo “amparo social” foi utilizado por Paulo Henrique Martinez (2003) no artigo em que trata do papel e da conduta do Estado monárquico nas práticas de amparo social durante o Primeiro Reinado (1822-1831). O conceito abrange os inúmeros e diversificados benefícios voltados para as situações de pobreza. O autor realiza um levantamento dos atos administrativos do Estado voltados para a infraestrutura, criadas ou existentes, para o financiamento e para as concessões de benefícios, no intuito de auxiliar direta ou indiretamente os cidadãos em condições de vulnerabilidade social.

religião... as dimensões da assistência social compareceram na arena dos embates políticos que emergiram na política imperial entre 1822 e 1831” (MARTINEZ, 2003, p. 163).

Na tentativa de amenizar tais problemas, o governo provincial criou na cidade de São Paulo, em 1825, a Casa da Roda ou Casa dos Expostos e a instalou no pavimento térreo da Santa Casa da Misericórdia; na mesma ocasião fundou na capital, em 1824, o Asilo para Meninos Órfãos, o Seminário de Sant’Anna e, em 1825, para as meninas, o Seminário da Glória (HILSDORF, 2005). O quadro a seguir ilustra a dimensão do trabalho institucional na cidade de São Paulo:

Quadro 1 - Estabelecimentos fundados na cidade de São Paulo entre 1825 e 1897

Período	Estabelecimento	Fundação	Forma de organização	Natureza
1825 a 1869	Roda e Casa de Expostos da Santa Casa de Misericórdia	1824/1825	Casa de expostos	Particular
	Seminário de Educandos de Santana	1825 (extinto em 1868)	Nos moldes de um orfanato com longa permanência dos internos e dotado de programa instrutivo/profissionalizante	Público
	Seminário de Educandas da Glória	1825	Nos moldes de um orfanato com longa permanência das internas e dotado de programa instrutivo/profissionalizante	Público
	Instituto de Educandos Artífices	1869 (extinto em 1880)	Escola profissionalizante para órfãos e pobres	Público
1873 a 1885	Liceu de Artes e Ofícios	1873	Escola profissionalizante para órfãos e pobres - Internato	Particular
	Instituto D. Ana Rosa	1874	Escola profissionalizante para órfãos e pobres - Internato	Particular
	Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga	1885	Orfanato	Particular
	Liceu Sagrado Coração de Jesus	1885	Escola profissionalizante para órfãos e pobres	Particular
	Orfanato de Santana	1892	Orfanato	Particular
	Colégio D. Carolina Tamandaré	1892	Nos moldes de um orfanato com longa permanência das internas e dotado de programa instrutivo/profissionalizante	Particular
1892 a 1897	Abrigo Santa Maria	1892	Recolhimento de meninas órfãs	Particular
	Casa Pia São Vicente de Paulo	1894	Orfanato para meninos e meninas com o oferecimento de alguma instrução	Particular
	Orfanato Cristóvão Colombo	1895	Orfanato para meninos com o oferecimento de alguma instrução	Particular
	Asilo de Órfãos N. S. Auxiliadora do Ipiranga	1896	Orfanato para meninos com o oferecimento de alguma instrução	Particular
	Casa da Divina Providência	1896	Orfanato para meninas com o oferecimento de alguma instrução	Particular
	Casa da Divina Providência da Mooca	1897	Orfanato para meninos com o oferecimento de alguma instrução	Particular
	Asilo Bom Pastor	1897	Orfanato para meninos com o oferecimento de alguma instrução	Particular

Fonte: Fonseca (2012)

O quadro elaborado por Fonseca (2012) evidencia um aumento significativo na criação de instituições entre o ano de 1873 e 1897. Vale destacar que, durante esses anos, foram abertas 13 instituições de apoio às crianças desvalidas, considerando que todas eram de iniciativa privada.

Na cidade de São Paulo, uma das respostas para o problema das crianças desvalidas (que, desde as últimas décadas, já eram nomeadas como menores) foi o ensino de ofícios e, conforme assinalado por Luiz Antônio Cunha (2000), essa resposta costumou emanar da sociedade civil, corporificada em orfanatos, asilos infantis, liceus etc. Dentre todas as instituições criadas nesse período, iremos nos ater a quatro delas: o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto D. Ana Rosa, o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga e o Liceu Sagrado Coração de Jesus.

As justificativas para a escolha dessas instituições se dão pelos seguintes motivos: a) as quatro são as instituições com maior expressão do período na capital paulista; b) além de serem as mais longevas (todas continuam desenvolvendo suas atividades no século XX); c) elas também são as responsáveis por instruir modelos bem definidos e precisos de assistência institucional, sendo parte de um conjunto de estabelecimentos reconhecidos pelo Estado e linha auxiliar no amparo e educação da infância pobre; d) e, seus mantenedores aparecem em diversos documentos oficiais da província (anuários estatísticos, relatórios de presidentes de província, anuários do ensino e nos registros da Assembleia Legislativa).

Devido a esse modo de manutenção de algumas instituições de assistência à infância, iremos nos debruçar também no estudo das formas pelas quais os estabelecimentos e seus mantenedores buscavam reconhecimento, auxílio e subvenção no estado, com destaque para os contatos com a Assembleia Provincial, para os pedidos de isenção de impostos, de doação de terrenos e de inclusão no orçamento público.

Essas informações vão ao encontro da ideia de que, ao longo do século XIX, a situação das crianças desvalidas sofreu uma modificação social e institucional. Nesse contexto, as iniciativas particulares e as entidades ligadas ao trabalho da caridade ainda dominavam a prestação dos serviços de assistência à infância abandonada na cidade de São Paulo. A introdução de novos formatos institucionais, o aumento de estabelecimentos e a ampliação do campo de alcance da assistência prestada ao público por particulares, por sua vez, ocorreram paralelamente à atuação de diversos agentes, como ilustres beneméritos, associações civis ou religiosas, figuras conhecidas da elite paulistana e também pessoas que exerciam influência na cidade e eram engajadas em ações de cunho institucional.

Portanto, ao analisarmos os movimentos feitos pela cidade de São Paulo, podemos perceber que a prestação de serviços assistenciais da iniciativa privada acabou por complementar a intervenção do poder público. Enfim, e não menos importante, este período escancarou um fato comum e recorrente: a presença de crianças pobres e/ou abandonadas pelas ruas das cidades, fato decorrente, principalmente, das mudanças da vida urbana. Estes meninos e meninas não estavam somente nas ruas das cidades, mas eram igualmente presentes no dia a dia destas localidades, de modo que, no cotidiano da urbe, sua presença era matéria fundamental para o governo da população por meio da educação e da assistência.

2 AS TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX.

2.1 As alterações demográficas, o imigrante e a industrialização

A cidade de São Paulo, cenário deste trabalho, está sofrendo intensas mudanças dentro do recorte temporal, aqui escolhido. Entre as décadas de 1870 e 1890, a capital paulista vive um exponencial aumento populacional, que foi adensado por uma leva de imigrantes. Além deste fato, experimenta uma crescente evolução na economia ligada à venda do café, gerando conseqüentemente a expansão da ferrovia. Dentro deste período ainda podemos apontar o movimento abolicionista, que em 1888 atinge seus objetivos e a consolidação da República.

Todos esses fatos compõe a metrópole, um quadro que se desenha de maneira peculiar e influencia por completo as análises que serão feitas nos capítulos posteriores.

A própria composição demográfica, por exemplo, era indicativa de uma intensa mudança socioeconômica: de acordo com Santos (2007), a cidade, que possuía em 1870 cerca de 30 mil habitantes, passou a contar com 286 mil no ano de 1907. A disponibilidade de mão-de-obra, a política de imigração e a dissolução do escravismo, somadas, causaram uma profunda transformação social na cidade, de modo que “na medida em que a ordem social competitiva e a urbanização estavam em plena emergência, a posição de cada grupo [...] dependia fundamentalmente, de sua capacidade de participação do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural” (FERNANDES, 2008, p. 120).

A reconfiguração da composição social de São Paulo, a alteração forte no sistema produtivo e, por sua vez, a nova composição social da cidade, segundo Fernandes (2008), tem relação com o aumento da imigração. Esse processo também deve ser analisado à luz do desenvolvimento técnico do sistema de produção, especialmente a partir dos anos 1860, e da consolidação de estruturas da vida urbana, de modo que esses fenômenos estão articulados às condições de expansão econômica interna ligada ao comércio cafeeiro, ao desenvolvimento de atividades urbanas e aos ensaios do arranque industrial (SANTOS, 2007, p. 212).

Nesse sentido, com o desenvolvimento de novas relações socioeconômicas alicerçadas em uma mentalidade mercantil (ambição pelo lucro, poder e riqueza) e nas pautas do “trabalho livre” e da “iniciativa individual” (vinculadas, a rigor, à ampla recepção do liberalismo no Brasil no século XIX), percepções do “progresso” e da “civilização” eram indissociáveis do ordenamento dessas mudanças socioeconômicas mais amplas (FERNANDES, 2008, p. 34).

A percepção do progresso podia ser notada pelas transformações urbanas ocorridas na cidade, principalmente a partir da década 1870, como aponta Schwarcz, as transformações físicas, socioeconômicas e também demográfica, na cidade de São Paulo, se dá em boa monta pelo crescimento e prosperidade da lavoura cafeeira. O capital começa a ser investido no espaço urbano. (SCHWARCZ, 2012).

Não negamos, aqui, que a cidade já experimentava uma organização do sistema de crédito, propiciada pela monetarização da economia e pela adoção do trabalho assalariado, edificada principalmente pela exportação do açúcar e do algodão, porém é com o crescimento vertiginoso da produção e venda do café que São Paulo entra em um processo de racionalização urbana, tornado a cidade um local financeiramente privilegiado (SCHWARCZ, 2012).

A década de 70 reservava intensas transformações, de acordo Kuvásney (2017), incontáveis implementações foram realizadas; a começar pela mobilidade urbana, em 1873, durante o governo de Joao Theodoro (presidente da província entre 1872 e 1875), foi iniciada a construção da Estrada de Ferro do Norte, que ligaria São Paulo ao Rio de Janeiro, a estação que partiria do Brás foi inaugurada em 1875. Este trecho de cobertura da ferrovia, era de extremada importância, visto que seus trilhos chegavam até a cidade de Cachoeira, divisa com o Estado do Rio de Janeiro, onde era feita a baldeação para a Estrada de Ferro Dom Pedro II, facilitando o escoamento do café produzido, principalmente no Vale do Ribeira, para o porto da capital do Império.

Perceba, em 1867 a SP Railway ligando Santos a Jundiaí, em 1873 a Cia Paulista estende sua linha até Campinas, em 1875 ocorre a ampliação da São Paulo-Rio com a Estrada de Ferro do Norte e da Sorocabana, todas essas ampliações são sinais claros do crescimento econômico e demográfico, facilitando a mobilidade entre a capital paulista, os produtores de café, o litoral e a capital fluminense.

Ainda na mesma década, São Paulo estabelece a iluminação pública, com a inauguração do Gasômetro, também no bairro do Brás, além do que, podemos citar o surgimento dos bondes por tração animal, contando com duas linhas que ligavam o centro a estação da Luz, os bondes por mais que não aparentem uma tecnologia avançada, vinha para complementar os trens vindos de Santos ou de Jundiaí, pela SP Railway.

As transformações urbanas se acentuavam com a instalação de diversas indústrias; em 1870 surge a fundição a vapor dos alemães G. Hund, e em 72 a serralheria dos também alemães G. Sydow, no mesmo ano ocorre a inauguração da “Grande Fábrica de Tecido a vapor” do conhecido major Diego Antônio de Barros. Silva Bruno (1954) afirma que a primeira têxtil da

cidade contava com 30 teares, 60 operários, além de contar com descaroçadores, beneficiadora, fiação, tinturaria, tecelagem e enfardamento.

A construção da fábrica serviu como exemplo para que em diversos relatórios de presidente da Província, fosse exaltado o entusiasmo com a vinda de homens ricos do interior dispostos a investir na capital, impulsionando o comércio, o mercado imobiliário, as construções, o preço do aluguel e, principalmente, as forças produtivas.

O trânsito desses ditos homens ricos, seria facilitado pela já expandida malha ferroviária citada anteriormente, que poderiam agora, com certa facilidade, se instalar na capital. O que geraria um maior investimento no melhoramento da cidade. Com um mercado mais produtivo, com o oferecimento de melhores serviços e equipamentos e a crescente geração de emprego, dão a medida da intensidade das transformações que a São Paulo enfrentava.

Mesmo com essas várias mudanças e a criação de um novo espaço urbano, a modificação da cidade de São Paulo ainda é tratada por diversos autores como uma modernização conservadora.

De acordo com os apontamentos feito pelo pesquisador Odair Paiva (2013), as décadas finais do século XIX por mais que trouxessem uma intensa mudança nos panoramas políticos, sociais e econômicos; a iminência e consolidação da República, o fim da escravidão e a intensificação da produção do café, respectivamente, não significaram a superação de alguns aspectos coloniais, monárquicos e arcaicos.

Segundo as palavras do autor: “a modernização não implicou a radicalização de direitos sociais, políticos e econômicos para amplos setores da população, fato que gerou uma nova realidade social que, entretanto, perpetuava sob outros signos velhas formas de dominação social” (PAIVA, 2013, p. 73). Assim, as grandes cidades, dentro de seu contexto urbano a dita modernização conservadora ocasionou visões diferenciadas e por vezes antagônicas de como construir um novo espaço urbano.

Nesse contexto que se insere a cidade de São Paulo um elemento novo, a imigração. De certo que ela já estava presente, mas a intensificação é evidente ao analisarmos os dados trazidos por Florestan Fernandes (2008), em 1854 o censo contabilizava 922 imigrantes (3%) enquanto que em 1886 o número de estrangeiros atinge a marca de 12.085 (25%). Existia inclusive uma predominância da população estrangeiras sobre a nacional, no que diz respeito a capital paulista, o censo traz que do total de 130.774 pessoas, 71.468 (54,6%) eram estrangeiros contra 59.307 (45,4%) brasileiros.

De fato, podemos assimilar que esses dados estão intimamente ligados a organização do trabalho livre na cidade de São Paulo, integrando uma nova ordem social, na qual o imigrante

era o agente predominante. Dentre os estrangeiros que habitavam a cidade, os dados de 1893, detalham a seguinte divisão: dos 68.165 estrangeiros, 44.854 eram italianos, 14.209 portugueses, 4.727 espanhóis, 2.320 alemães, 1.107 franceses e 948 austríacos.

De acordo ainda com Fernandes (2008), a força de trabalho imigrante começou a ocupar a posição principalmente dos negros no artesanato urbano pré-capitalista e no comércio de miudezas e serviços, chegava - além de substituir em boa monta o trabalho negro - a competir com os brancos nacionais, imperava nos estrangeiros, a malfadada esperança nacional de progressos e saltos que o país almejava, passando quase que automaticamente a ser oficialmente o agente natural do trabalho livre (FERNANDES, 2008).

De toda a transformação urbana e progresso industrial relatados anteriormente, a participação dos trabalhadores imigrantes figurava na casa dos 82,5%. Corrobora com esses dados, o Decreto 528, de 28 de junho de 1890 em seu artigo 1º:

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excludentes os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL, 1890).

É explícito o incentivo ao imigrante branco europeu e a segregação do componente negro e asiático em nossa sociedade, coadunando com a ideia de que partia de diversos setores da sociedade - inclusive e principalmente do governo - o incentivo ao branqueamento, acreditando que um país menos negro traria favorecimentos a nossa sociedade.

Um indicativo da alteração no incentivo e tratamento dos imigrantes no final do século XIX foi a construção de uma hospedaria, em 1886, durante o governo do presidente da província Barão de Parnaíba. A Hospedaria de Imigrantes do Brás, nas proximidades da linha férrea do Norte e Ingleza, recebeu imigrantes mesmo antes de ser concluída em 1888, devido à alta demanda. Segundo Odair Paiva (2013) a escolha do bairro do Brás para a construção da Hospedaria foi estratégica.

Nesse local ocorria o cruzamento dos trilhos das duas ferrovias que serviam a cidade de São Paulo: a antiga Central do Brasil, vinda do Rio de Janeiro, e a São Paulo Railway, que vinha de Santos, cidades em cujos portos desembarcavam as levas de imigrantes. Ao mesmo tempo, a condução dos imigrantes para o interior foi facilitada, pois a cidade de São Paulo era o ponto de partida de todas as ferrovias que conduziam para lá.

Essa leva de trabalhadores imprimia na capital uma outra mudança; eles não aceitavam as mesmas condições impostas ao trabalhador negro, os patrões acostumados com o tratamento

degradantes com os quais os negros foram historicamente tratados, tiveram que alterar as bases das condições oferecidas aos imigrantes e seguir as regras da modalidade do trabalho livre.

Importante ressaltar que não somente no campo do trabalho a presença estrangeira causará influencia, o espaço urbano também será incrementado no que diz respeito à arquitetura, arte, na pluralidade cultural e étnica, na economia etc.

2.2 A reconfiguração paulistana por meio da abolição e da república

A mudança no comportamento dos empregadores citada acima, aconteceu de forma lenta e não espontânea, ela foi impulsionada por uma outra mudança ocorrida no final do século XIX; a abolição. A Lei Imperial n. 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888 (BRASIL, 1988), que extinguiu a escravidão no Brasil, teve seu germe na escassez de escravos - ocasionado, principalmente pela Lei Euzébio de Queiroz (BRASIL, 1850) combinado com a ideia de que a compra da força de trabalho seria mais vantajosa do que a compra do indivíduo. Junta-se tudo isso à luta constante dos escravos e temos o cenário propício para a transição do trabalho escravo ao livre.

De acordo com Bastide e Fernandes (1959), a abolição vai encher ainda mais as cidades urbanizadas, em especial as capitais, devido ao fato dos negros libertos evitarem o contato com as antigas ocupações, totalmente degradadas pela escravidão, a evasão coletiva para as cidades foi intensa e constante nas últimas décadas do século XIX.

De fato, a libertação concedeu ao negro, apenas o status de homem livre, já que nas práticas econômicas e na dinâmica social eles tiveram uma lenta absorção no sistema de trabalho, sendo alocados em ocupações pessimamente remuneradas. A recuperação realmente seria penosa, difícil e demorada devido a extrema degradação do negro como ser humano.

Segundo os Bastide e Fernandes (1959, p. 56):

Esses fatos esclarecem suficientemente porque a importância da mão de obra negra decaiu nos anos posteriores à Abolição, permanecendo mais ou menos à margem do grande surto comercial e industrial, que iria transformar a cidade de São Paulo em uma metrópole, no decorrer da primeira metade do século XX.

De certo, que a modernização da cidade e sua recente industrialização, não repercutiram na situação econômica da população negra da cidade, mantendo-a sempre nos níveis mais baixos da sociedade paulista.

Essa incapacidade de se ajustar economicamente foi fundamental para que o negro não tivesse a oportunidade de figurar, coletivamente, em posições sociais mais ilustres, mantendo em boa parte, um cenário parecido ao que existia na escravidão, no que diz respeito às relações entre negros e brancos. Ou seja, as representações sociais e os padrões de comportamento se mantiveram, mesmo que a nova situação civil dos negros tivesse se alterado.

Pode-se assim, dizer, que a razão para todo esse desajustamento, se deu, pelo fato de que nem os antigos senhores, nem o Estado se responsabilizaram pela preparação do negro para enfrentar o cenário que se daria após a Lei Áurea (BRASIL, 1988), o negro se viu assim, responsável por ele, sem ter os meios materiais para realizar essa tarefa.

Segundo Fernandes (2008), a legislação, o poder público e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram inertes e indiferentes perante os mais variados dramas sociais e morais aos quais os negros foram expostos, dramas estes que já eram previstos, “largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo” (FERNANDES, 2008, p. 68). Destino, este, que parecia ainda mais incerto, com suas perspectivas agravadas pelas mudanças políticas que avizinharam a abolição: o advento da República.

No caso específico de São Paulo, como aponta Silva (2006), a expansão territorial e urbana-industrial que a cidade vivia, a expansão da malha ferroviária, o aumento do número de imigrantes, a alteração da mão de obra escarava para livre, a expansão cafeeira juntas com a nova autonomia política, administrativa e econômica propiciada pela Constituição de 1891, deram a São Paulo uma condição particularizada.

De acordo com Silva (2006, p. 16), a Constituição de 1891:

[...] permitiu aos Estados o poder de elaborar leis e aplicá-las em todas as áreas da economia, da política e da sociedade. Com tais poderes o governo paulista desencadeara uma série de leis para organizar a estrutura política e administrativa do Estado. Por exemplo, em 1898, a Lei Estadual nº 374, o governo vai dar um ordenamento mais adequado às questões administrativas dos municípios paulistas. Assim, ressurge o cargo de prefeito como expressão de Poder Executivo municipal, sendo este cargo exercido por um vereador eleito por seus pares.

O autor ainda ressalta que essa autonomia delegada pelo poder central aos municípios, acirraram ainda mais a tensão nas cidades onde a disputa pelo poder local era fortemente influenciada pelo fator econômico.

Na capital paulista, as eleições eram a oportunidade de medir forças e comprovar o prestígio diante às elites locais. As disputas tinham total influencia na vida da cidade, vale

lembrar que São Paulo viveu intensamente a manifestação do coronelismo e também da prática de favores, que mexiam em suas estruturas sociais, políticas e econômicas.

O modo de fazer política dos paulistas, (importante ressaltar que se fala aqui em especial do Partido Republicano) exercia sobre a população um intenso controle, pelos fatores já citados - troca de favores e apadrinhamento - criando assim, uma certa fidelidade nas relações pessoais. Para aqueles que não se enquadrassem nesse sistema, era comum na cidade, sofrerem com a atuação de um aparato policial muito bem organizado, treinado e equipado, capacitado para conter qualquer ação que atrapalhasse a lógica da politicagem estabelecida em São Paulo.

A eficácia dessa prática se consolidava tanto por sua importância econômica, com o café, como, segundo aponta Silva (2006), por sua densidade demográfica e eleitoral. E, os grupos das elites locais ao controlarem as práticas políticas, acabavam por fazer alianças, engendradas pelos coronéis e os novos políticos que surgiam adjacentes ao processo de crescimento e desenvolvimento urbano que a cidade de São Paulo passava.

A vida da cidade estava assim, alterada pelas transformações políticas. Transformações essas, que pioravam ainda mais o quadro de abuso que as massas mais pobres já sofriam na cidade. Conforme apontado por Silva (2006, p. 23):

[...] os grupos cafeeiros de São Paulo, agrupados em blocos regionais, acabaram também incorporando os interesses dos 'industriais emergentes' na política do governo, o que deu origem à tese segundo a qual o Estado republicano defendia os interesses da burguesia industrial.

2.3 A educação como instrumento político na capital paulista

Elite cafeeira e burguesia industrial, unidas, pelo progresso e desenvolvimento, e, pela ideia de que a população de maneira geral precisaria coadunar com os novos rumos da organização política e econômica à qual, a cidade se lançava. Neste sentido, a educação carregava papel decisivo na formação de novas ideologias e de sua manutenção. A escola dentro do ideário paulistano teria várias funções:

[...] uma escola que instrui e que forma, que ensina conhecimentos, mas também comportamentos, que se articula em torno da didática, da racionalização da aprendizagem dos diversos saberes, e em torno da disciplina, da conformação programada e das práticas repressivas (constritivas, mas por isso mesmo, produtoras de novos comportamentos). Mas, sobretudo, uma escola que reorganiza - racionalizando-as - suas próprias finalidades e seus meios específicos. (CAMBI, 1999, p. 205).

No caso brasileiro, em especial, no contexto de transição do séc. XIX para o séc. XX, a escola estava inserida no projeto político e social republicano, já que foi responsável por formar o novo cidadão, agora republicano, em um cidadão moderno e civilizado. No cotidiano escolar estiveram materializados os projetos, os discursos e as teorias desta sociedade, e percebemos isto por meio da interpretação dos comportamentos e das experiências de todos os personagens envolvidos neste universo, configurando formas de agir e pensar.

A institucionalização dessa modalidade de escola representou uma das faces do projeto republicano de modernização da sociedade e de civilização das massas, portanto uma expressão do processo de desenvolvimento do capitalismo no Estado de São Paulo e dos processos de urbanização e industrialização dele decorrentes. (SOUZA, 1998, p. 279).

Essa concepção escolar ganha força no final do século XIX, uma nova escola, modificada pelas ambições republicanas começa a substituir a aprendizagem dita tradicional, o Estado republicano altera uma estrutura que até meados do século XVII considerava a criança um adulto em miniatura (ARIES, 1991) e a aprendizagem tradicional e o modelo até então vivido pelas escolas era pautado no mesmo ensino desenvolvido pela Companhia de Jesus (GADOTI, 2000), junto aos índios ainda no século XVI. Ou seja, são estruturas arcaicas que se quebram, mostrando a força da ideologia que seria implantada pelo novo modelo político e econômico.

Sendo assim, visando contribuir com práticas de consolidação e perpetuação do discurso liberal-burguês, tal como de construção de cidadania, patriotismo e nacionalismo, a escola foi repensada para legitimar o domínio de uma certa classe sobre a outra enquanto propõe um sentimento (arbitrário) de amor pelo país. Era necessário criar mecanismos para que houvesse uma diferenciação destas classes sociais, além da difusão desta nova ordem republicana (impulsionada pelos valores descritos na reprodução de conteúdo escolar, no cotidiano da sala de aula).

Ao buscar essas práticas no seu cotidiano, a historiadora Rosa Fatima de Souza, destaca: “no projeto liberal dos republicanos paulistas a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social” (SOUZA, 1998, p. 26).

A modernidade passava pelos valores republicanos e a difusão destes valores se daria através da educação popular, até então delegada a iniciativa privada e também à Igreja, o Estado então, passou a se apropriar deste instrumento e aprendeu com a experiência europeia e norte-

americana que para se alcançar o êxito no processo civilizador a educação popular teria um fundamental papel político e social.

3 AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA: ORIGENS, DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Foram muitas as alterações na cidade de São Paulo, tanto as de origens econômicas, quanto sociais, fato é, que este novo cenário, entre tantos desafios, trazia a questão da assistência à infância como mais um problema a ser superado. A cidade que contava com uma dezena de instituições viu, nas décadas que antecederam a República, um aumento significativo na quantidade de locais de atendimento à infância. Esse momento legou profundas transformações sociais na província/estado e, concomitantemente a esses fatos, é possível evidenciar um incremento no número de instituições de assistência à infância. Para além da quantidade, também podemos observar a diversidade institucional que se apresentou na cidade. De acordo com Sérgio C. Fonseca:

[...] a cidade de São Paulo contava com diversas instituições de auxílio às crianças pobres, com acentuada presença das confissões religiosas, católicas, judaicas e espíritas, por exemplo, e das mantidas pela iniciativa particular, como os dispensários fundada por médicos (FONSECA, 2009, p. 204).

Conforme o Quadro 1, a primeira diversidade apresentada advém da natureza das instituições. Entre 1825 e 1897, das 17 existentes na cidade, temos 3 de natureza pública e 14 particulares. Outra diferença observada se refere às formas de organização: algumas funcionavam como casa de expostos; outras, como orfanatos visando a profissionalização. Havia ainda algumas dedicadas exclusivamente ao recolhimento.

Os serviços variavam de acordo com sua organização, de modo que, em uma instituição com características de Casa de Expostos, como a Santa Casa de Misericórdia, as crianças eram “alimentadas, recebiam tratamento médico, instrução escolar e profissional, entre outros cuidados” (ROCHA, 2010, p. 9). Se analisarmos os serviços oferecidos pelo Seminário de Educandos de Santana e pelo Seminário de Educandas da Glória, perceberemos que, assim como a Casa de Expostos da Santa Casa de Misericórdia, essas instituições também funcionavam nos moldes de um orfanato com longa permanência - ainda que o primeiro tenha sido exclusivo para meninos e o segundo para meninas. O Seminário de Educandas do Glória não era o único com essas características, pois o Abrigo Santa Maria, o Colégio D. Carolina Tamandaré e a Casa da Divina Providência são alguns exemplos do atendimento exclusivo as órfãs da cidade.

O aumento das instituições que atendiam a meninas ocorreu exatamente no século XIX, período tratado neste estudo, e essas instituições possuíam algumas características bem marcantes, pois seguiam “o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo eram características fundamentais dos colégios para meninos e dos femininos, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com mais rigor” (RIZZINI, 2004, p. 23).

O isolamento da sociedade era deveras mais acentuado no caso das meninas, pois a preocupação, nesse caso, era dirigida à preservação da honra e da castidade. Nesse sentido, “as órfãs recebiam doutrinação religiosa, as primeiras letras e as prendas domésticas, preparando-se para, no futuro, exercerem as funções de empregadas domésticas” (MANOEL, 1996, p. 74). Segundo o autor, o Estatuto do Seminário da Glória primava pela instrução do catecismo, gramática, história sagrada, aritmética e geografia, além do ensino de diversos “trabalhos de agulha”, cozinhar e todas as prendas domésticas. Para além dessas questões, o número de vagas era limitado, tendo em vista a quantidade menor de instituições dessa ordem. Segundo Marcílio (1998), o acesso ao Seminário era restrito e, na maioria das vezes, a solicitação da vaga era feita por meio de ofícios ou petições.

A diversidade também de dava nas variadas formas de ingresso a essas instituições. Conforme aponta Moraes (2000), eram muito diferentes os critérios adotados por cada instituição. No caso do Instituto de Educando Artífices, a admissão dos meninos passava por algumas preferências que deveriam ser obedecidas a todo custo, pois “seriam aceitos, em primeiro lugar, os filhos legítimos de voluntários da pátria, de militares, de guardas nacionais e de soldados do cargo policial, que houverem servido na guerra contra o Paraguai; em segundo, os órfãos de pai; em terceiro, os órfãos de pais pobres, ainda que vivos” (MORAES, 2000, p. 74). Ademais, os ingressantes deveriam ser maiores de dez anos e menores de catorze e precisavam ter as mínimas condições sanitárias (com vacinas em dia, por exemplo).

Conforme o levantamento feito por Fonseca (2012), as diferenças entre elas estavam situadas nos mais variados campos, pois algumas instituições focavam seu trabalho na oferta de abrigo e ofereciam algum tipo de instrução, como por exemplo, a Casa Pia São Vicente de Paulo e o Orfanato Cristóvão Colombo, enquanto outras ofereciam escolas profissionalizantes para os órfãos e pobres, como era o caso do Instituto de Educandos Artífices, do Liceu Sagrado Coração de Jesus, do Liceu de Artes e Ofícios, dentre outros. Sobre a oferta de ensino profissionalizante, o Liceu Artes e Ofícios da cidade de São Paulo “acompanhou de perto o crescimento e a diversificação da produção industrial-manufatureira. Com efeito, havia uma estreita conexão entre os sócios da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, mantenedora

do Liceu, e os membros do grande capital cafeeiro” (CUNHA, 2000, p. 128), de modo que, os interesses da agricultura de exportação e a formação da força de trabalho industrial e manufatureiro andava lado a lado em São Paulo.

Mesmo que profissionalizantes, asilares, casas de expostos ou tantas outras modalidades diferentes, essas instituições tinham duas características fortemente predominantes: um saber fazer parecido, chamado por Sérgio C. Fonseca (2015) de *savoir faire*. As instituições também faziam parte de um sistema predominantemente privado em sua natureza e criação, reforçando a ideia de que houve, em boa parte, certo abandono do Estado no trato dos cuidados às crianças desvalidas.

O *savoir faire* seria, segundo Fonseca (2015), uma conjugação de métodos para criação de órfãos e abandonados e para a educação de pobres para o trabalho, ou seja, uma maneira parecida no jeito de realizar as atividades cotidianas, seguindo uma lógica institucional (uma racionalidade própria). Nesse sentido, “trata-se, então, de um sistema comportado por uma tradição, por um modo dotado de variantes produzido durante o século XIX” (FONSECA, 2015, p. 471). Além de algumas práticas do dia a dia serem semelhantes, as instituições também compactuavam a ideia de que eram elas as responsáveis pela guarda e direcionamento das crianças, para que elas tivessem alguma alternativa que não fosse a delinquência e a marginalidade.

A segunda característica dessas instituições residia em sua natureza predominantemente privada e reforçava a presunção de que ocorreu, de algum modo, um desamparo do Estado nos cuidados às crianças em situação vulnerável na cidade de São Paulo. Existe na bibliografia estudada um razoável consenso sobre o abandono do Estado em relação as instituições de assistência à infância na cidade, no século XIX: conforme os estudos realizados por Sérgio C. Fonseca (2012), os estudiosos da história da cidade e alguns memorialistas evidenciam as organizações caritativas e as formas de assistências que se ocupam da infância pobre na capital, já que “destacam as irmandades, a caridade, a benemerência e o espírito filantropo de particulares como responsáveis por criar e manter esses estabelecimentos, respondendo quase exclusivamente pela assistência pública à infância paulistana desde o século XIX” (FONSECA, 2012, p. 89).

Desde os tempos do Império, ressalta Martinez (2003), o Estado monárquico tinha uma conduta moderada, tanto no que diz respeito à presença quanto à atuação. Ele assumiu muito mais um papel fiscalizador do que propriamente executor, deixando assim o amparo social sob a confiança das obras de caridade. Muitas vezes, as ações ministeriais do governo imperial durante o período de 1822 a 1831, no que diz respeito à assistência, ganhavam dimensões de

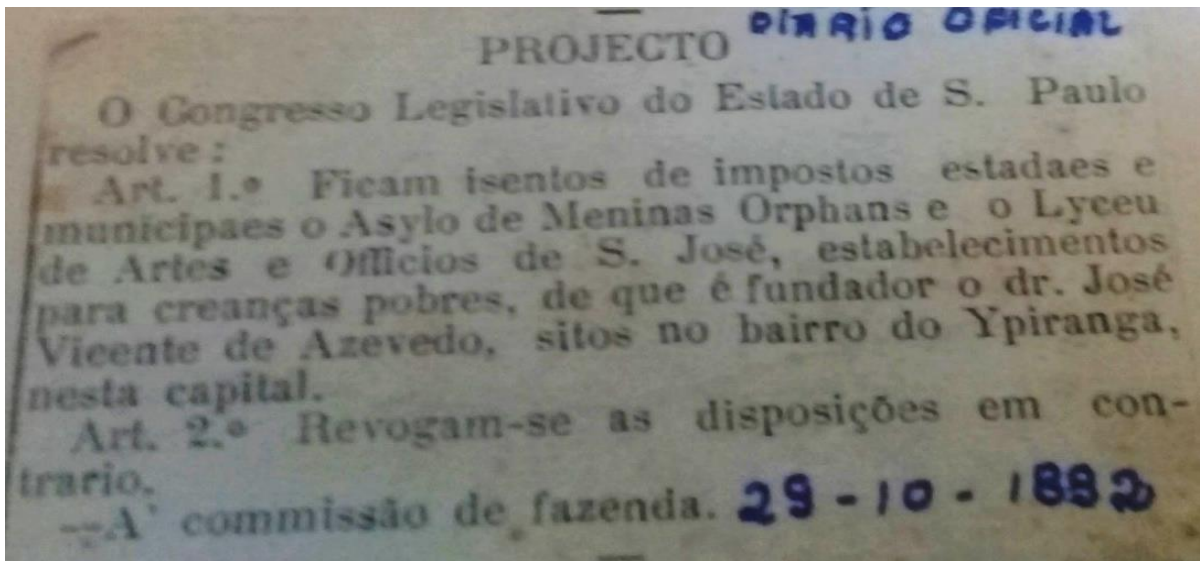
embates políticos e ficavam, segundo o autor, “entregue às localidades nas obras de caridade, como as Santas Casas de Misericórdia, e às ações dos governos municipais”.

A solução para as questões do abandono, da necessidade do ensino de ofício e assistência a essas crianças partiu, certamente, da sociedade civil materializada nas mais diversas instituições citadas anteriormente. É importante ressaltar que, mesmo distintas em suas funções, todas possuíam uma prática institucional. As ações assistenciais na cidade de São Paulo ilustravam um padrão pautado no recolhimento, na tutela (tratando-se de crianças abandonadas ou órfãs) e na instrução para o trabalho (no caso de crianças pobres), mantendo assim, em ambas as situações, um caráter de assistencialismo institucionalizado e alicerçado na moralização da população. É possível considerar, de acordo com Sérgio C. Fonseca (2015), que essa evasão estatal era perceptível, de modo que a filantropia sintetizava o interesse de assistir, de deixar uma obra e polir um segmento da sociedade.

Embora o Estado não tenha sido um protagonista incontestável no amparo social, sua presença não possa ser anulada. Coube ao Estado, seja diretamente ou por meio de seus agentes, assumir o papel na complementariedade do serviço das organizações privadas à assistência pública à infância pobre na cidade de São Paulo. O governo estadual tratava com naturalidade a intervenção privada na assistência às crianças desvalidas, compensando assim suas deficiências como agente público, passando ele a ser somente um subvencionador (FONSECA, 2012): fato, este, evidenciado nos relatórios oficiais do estado levantados pelo autor, já que, “quanto à instrução de meninos e meninas pobres, desde a primeira gestão do estado em tempos republicanos, o orçamento consignou recursos ao “Liceu Coração de Jesus, como auxílio à educação de meninos pobres, conforme contrato” num total de 10:000\$000” (FONSECA, 2012, p. 91).

As solicitações aconteciam de maneira constante e são fartos os documentos que demonstram a ideia (FONSECA, 2012) de que o Estado não “tem regateado auxílios e subvenções pecuniárias” ao “Instituto D. Anna Rosa, fundado e mantido às expensas da ilustre família Souza Queiroz, e que tão bons auxílios têm prestado á orphans e meninos pobres” (MOTA, 1909, p. 35). Solicitar tais verbas para complementar o caixa das instituições não era a única forma de recorrer ao Estado, pois também era comum o pedido de redução e principalmente a isenção de impostos em proveito das instituições, no caso, ela se evidencia em favor do Asilo Nossa Senhora do Auxiliadora do Ipiranga, conforme figura abaixo:

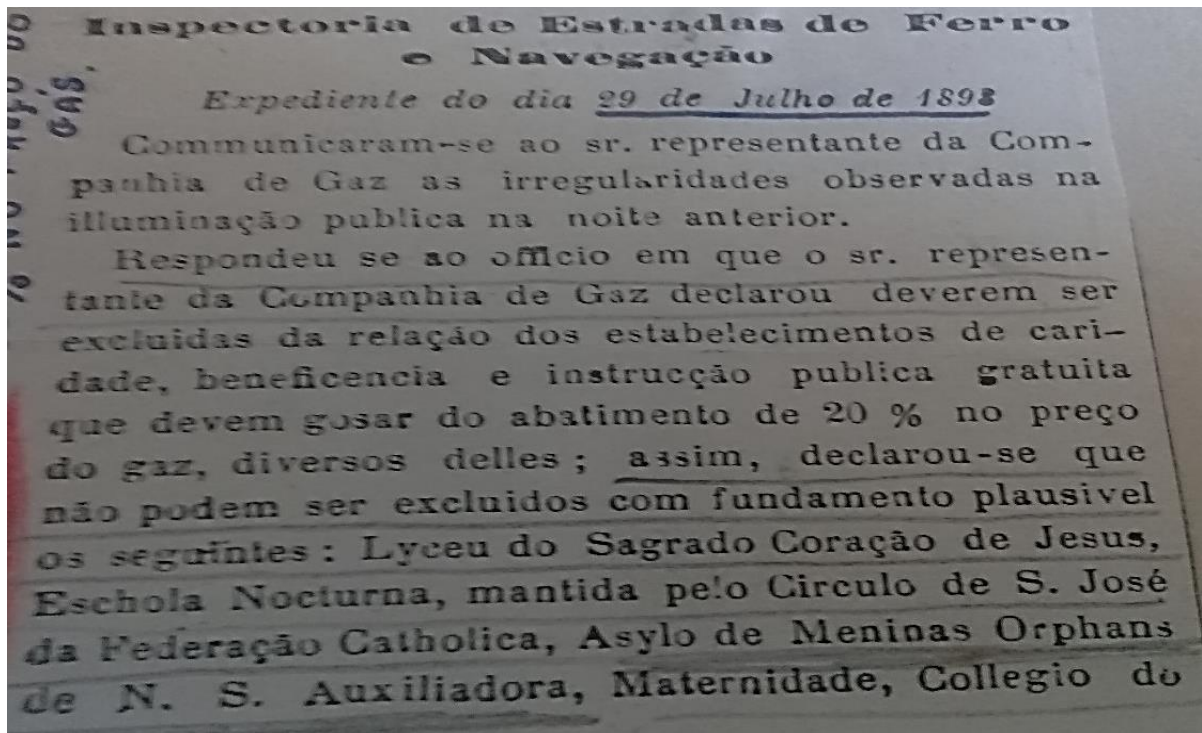
Figura 1- Isenção de impostos



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Esses pedidos, em sua maioria, se direcionavam à Assembleia Provincial e ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo. Ainda em relação ao Asilo Nossa Senhora do Ipiranga, além da isenção de impostos, ocorria também o abatimento no gás fornecido à instituição:

Figura 2 - Abatimento do gás



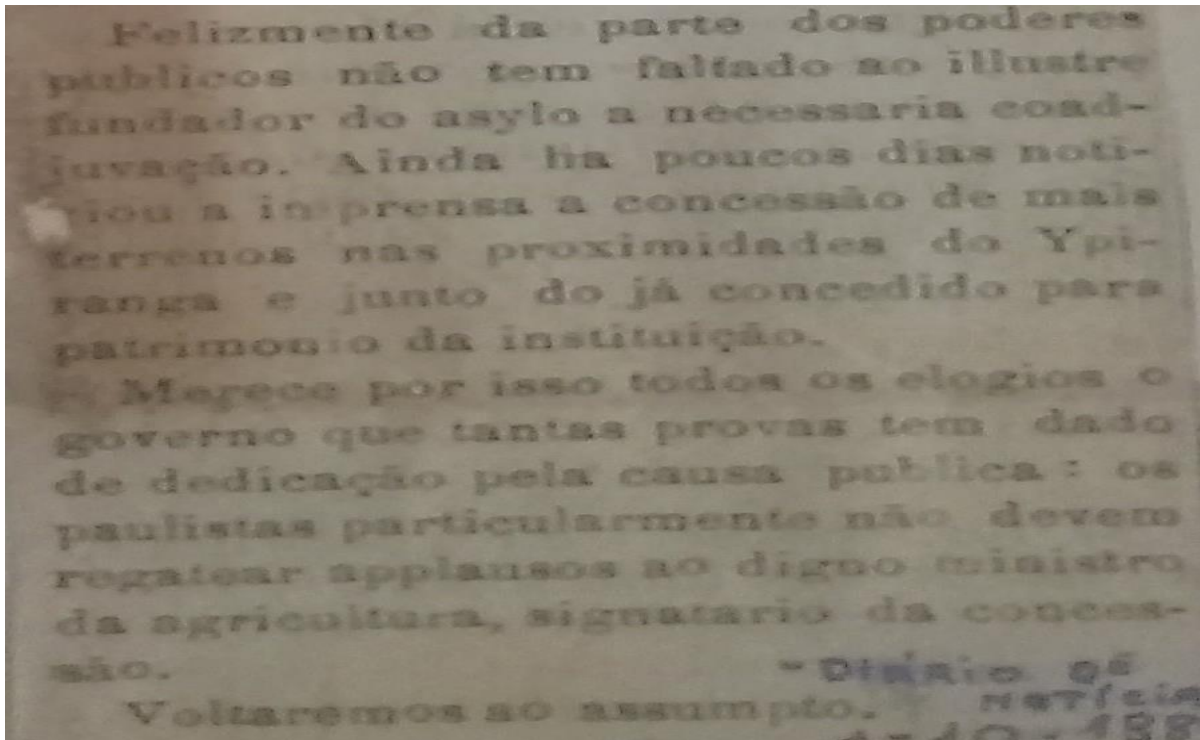
Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Era comum, como contrapartida a esses auxílios, o poder público solicitar a preferência em alguns preenchimentos de vaga, pois há sinais de predileção por algumas dessas instituições, posto que as eleitas acabavam por receber mais benefícios do que outras. Certo, no entanto, é que havia uma maior necessidade de se pensar e resolver o problema da criança abandonada no contexto paulistano da época estudada e é fato que a resolução dessas questões criava relações entre público e privado, configurando mediações importantes do campo da assistência na cidade.

Embora majoritariamente formado por organizações da sociedade civil, mantenedoras de estabelecimentos (de casas de criação a escolas de ensino de ofícios), o campo assistencial de São Paulo não esteve de todo afastado da influência estatal. A questão a ser elucidada é que a relação entre público e privado no campo assistencial do período de recorte desta pesquisa apresenta algumas peculiaridades, sendo uma delas as formas que ficaram registradas acerca dos contatos entre as organizações e o poder público. Uma delas é o reconhecimento das administrações provinciais nos sucessivos relatórios anuais da relevância para a filantropia pública (esta é uma expressão usual nesses documentos) dos estabelecimentos e do quanto eles cobriam a exiguidade de recursos para amparar crianças sem família, a educação dos filhos dos pobres e, com isso, assegurar a preservação da sociedade.

Os relatórios das administrações provinciais chegam a indicar subvenções destinadas às instituições arroladas neste estudo, fato reforçado pelas leis orçamentárias dos anos 1880. Ademais, recorrer à Assembleia Provincial era uma necessidade quanto a obter desde subvenção a isenção de impostos (já citado anteriormente) e também se valiam da doação de terrenos, mencionado no documento abaixo:

Figura 3 - Concessão de terrenos



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

De certo modo, a interação mediada pelas ferramentas oficiais de apelo ao poder público (ofícios, solicitações formais, cartas) dá a medida de uma arena de negociação entre estado e organizações e atores da sociedade civil cujo propósito era obter recursos para a viabilização parcial das obras.

Sob esse ponto de vista, a proposta de investigação ora apresentada, pretende, por meio da análise do caráter de suas fundações, contexto em que estão inseridas e suas práticas, dimensionar o limiar entre público e privado nestas instituições, para isto destacamos aqui algumas destas instituições, por representarem (tanto no que diz respeito aos seus objetivos e suas formações), uma grande parte das outras instituições do mesmo período, que compartilham entre si, muitas das práticas mencionadas acima, são elas: o Liceu de Artes e Ofícios, uma instituição laica. O Instituto Donna Ana Rosa, representando as instituições criadas a partir de legados pessoais, o Liceu Sagrado Coração de Jesus, administrado pelos Salesianos, representando aqui a parcela religiosa ligada à assistência e por último, o Asilo de Órfãos Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, que sintetiza uma obra surgida de um político, praticante fervoroso do catolicismo e com objetivos escolar e profissionalizante.

3.1 Liceu de Artes e Ofícios

O Liceu de Artes e Ofícios, chamado inicialmente de Sociedade Propagadora da Instrução Popular, teve sua fundação datada no ano de 1873, por um grupo de aristocratas da elite paulista, liderados pelo conselheiro Carlos Leôncio da Silva Carvalho (1847-1912). De acordo com Cunha (1983), o grupo era composto principalmente por cafeeiros que pretendiam formar mão de obra especializada, que atendesse as demandas que a modernidade citada no capítulo anterior, anunciava.

Nos primeiros anos, não era pretensão do Liceu, promover educação profissional, lecionava-se apenas cursos noturnos de primeiras letras, caligrafia, aritmética, gramática, e sistema métrico para adultos e crianças (D'ANGELO, 2000), porém, após alguns anos de criação, em 1882, o Liceu passa a oferecer “instrução primária para as classes populares em sua escola noturna, tendo alcançado alguns anos mais tarde o intento de instruir em ofícios” (FONSECA; NARITA, 2017, p. 316). Para atender esses objetivos, suas oficinas foram instaladas nos mesmos prédios onde funcionavam alguns estabelecimentos mantidos pelo governo estadual, o Instituto de Educandos e Artífices.

Ao ser extinto, o Instituto de Educandos e Artífices, cedeu suas oficinas ao Liceu e a licença adquirida para ocupar tais espaços, pode ser creditada, de acordo com Cunha (1983), muito provavelmente a forte influência de Leôncio de Carvalho nos meios políticos. Podemos aqui, inferir, que na gênese de sua criação o Liceu de Artes e Ofícios obteve auxílio do governo e existia ali uma relação entre o poder público e a iniciativa privada na execução da assistência à infância na capital paulista.

Figura de elevada importância na sociedade paulistana, Carlos Leôncio de Carvalho, presidia o Conselho Superior do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Um dos principais representantes da elite paulista da época, o carioca Carlos Leôncio de Carvalho, filho do médico Carlos Antônio de Carvalho, se instalou na capital paulista para cursar a Faculdade de Direito de São Paulo na década de 1860, tornando-se professor em 1871, membro catedrático em 1881 e enfim ocupou a direção da Faculdade em 1890. Paralela a carreira como advogado, Leôncio figurou na área política, sendo convidado para ocupar a pasta dos Negócios do Império e eleito deputado pela província de São Paulo, exercendo seu mandato na Câmara até 1881.

Sem dúvida alguma, é lembrado pelo Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879 (BRASIL, 1879), o qual, ocasiona uma reforma na instrução pública primária e secundária no município e no ensino superior no restante do Império, dando origem aos projetos de Rui Barbosa, intitulados de Reforma do Ensino Secundário e Superior, em 1882 e Reforma do Ensino

Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública, em 1883, autorizando o governo a criar ou auxiliar cursos para o ensino primário, estimulando a alfabetização de adultos, facilitava o acesso ao trabalho para aqueles que tivessem frequentado a instrução primária e fomentava o crescimento das escolas particulares pelo país. Sendo considerada uma reforma liberal, não passou isenta de forte crítica por seus adversários políticos.

Após a Proclamação da República, Leôncio ainda foi eleito diversas vezes para legislatura do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, participando ativamente, como relator da primeira Constituição de São Paulo. Sempre foi atuante nos debates, discussões e propostas em torno do sistema político e educacional, publicando diversos textos, documentos de caráter legal, relatórios, artigos e pareceres (MELO; MACHADO, 2009). Sua influência na capital paulista começa a diminuir somente em 1901, quando retorna ao Rio de Janeiro, para lecionar na Faculdade de Direito da capital fluminense.

Após analisarmos a biografia de seu fundador, voltemos ao entendimento de algumas características da instituição.

A influência de Leôncio de Carvalho, sem sombra de dúvida, impulsionou uma guinada na instituição para um perfil mais próximo de uma escola profissionalizante (BELLUZO, 1988), tanto que a partir de 1882 aconteceu uma ampla reforma curricular buscando a experiência do *Liceu Arts and Crafts*. Liderado por William Morris (1834-1896), na Inglaterra, que dentro de uma economia pautada na indústria capitalista, valorizava o trabalho do artesão.

A figura emblemática de Leôncio, também despertava controvérsias no âmbito político; de acordo com Relatório sobre o Lyceu Artes e Offícios apresentado ao Dr. Cezário Motta Júnior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe (ANEXO A - figuras 9 a 12), narra uma reclamação, na qual o Liceu se diz sofrer uma perseguição política, por seu fundador, Leôncio de Carvalho, ser antagonista ao Governo do Estado, segundo o relatório em anexo “há 11 meses não recebem auxílio algum do Governo, causando enorme prejuízo no atendimento aos alunos, que antes desta interrupção, contava com 500 matriculados”. O relatório também questiona a promessa de reforma e construção de mais oficinas que atendam crianças do sexo masculino e feminino e insinua que o adiamento das obras está relacionado com a mesma perseguição política sofrida pelo Liceu.

Em 1895, a escola sofre sua principal mudança. O Liceu de Artes e Ofícios, passa a ser dirigido pelo engenheiro Ramos de Azevedo e é criada a base curricular daquilo que seria, no futuro a Escola de Belas Artes de São Paulo, com cursos de desenho aplicado à indústria e arte, cursos de modelagem em gesso e barro, pintura, carpintaria, marcenaria, serralheria. Para além das oficinas de instrução profissional, foi incluído na grade cursos de álgebra, geometria e

contabilidade, comércio e agricultura. As matérias estavam, assim, divididas em duas partes: um currículo que atendesse as Ciências Aplicadas e outro de Artes³. Essas reformas buscavam aumentar a produção de artigos decorativos e industriais para atender o mercado brasileiro em plena expansão, trazendo inclusive, uma remuneração aos alunos que vendiam duas obras com a marca do Liceu e de acordo com estudos realizados por Cunha (1983), estava ali, o germe da Pinacoteca. São diversos os prêmios recebidos pelos alunos, além de participação nas principais exposições e o corpo docente ganha destaque no meio artístico e profissional.

Mesmo com esses avanços no campo da produção, o Liceu de Artes e Ofícios, ainda enfrentava problemas quanto às suas instalações, entre 1882 e 1889, a escola passa por três edifícios: o primeiro endereço se localizava na rua São José nº 5, local onde funcionava a Sociedade Propagadora da Instrução Pública, logo após passa a funcionar na rua da Boa Morte, n.17, e em 1885 passa para a Rua Imperador, n. 5. E, somente após negociações com o governo provincial conseguem a doação de um terreno à escola, ao lado do Jardim Público da Luz (1896) e amplia sua ação na capital, além da doação o Liceu contou com a concessão de recursos para a edificação da sede, cujas obras se iniciam em 1897 (BELLUZO, 1988).

Na nova sede, Leôncio de Carvalho, adquiri uma biblioteca com 5.000 volumes e um Museu Pedagógico, vindos da França e ao ser reconhecido por sua utilidade pública, a instituição passou a receber um subsídio do governo, assim assinala a autora:

O auxílio do governo veio em 1884, quando era reconhecida a utilidade pública do Liceu. A referida instituição recebeu 4:000\$000 para aquisição de livros e objetos necessários. Em 21 de novembro desse mesmo ano, inaugura-se a primeira exposição de trabalhos escolares, com a presença da princesa Isabel⁴, a qual ofertou 500\$000 para serem repartidos em prêmios (D'ANGELO, 2000, p. 93).

As subvenções do governo se estenderam por anos seguintes, em 1885 a Assembleia Provincial concedeu uma subvenção de 12 contos de réis, medida ratificada pelo então Governador Almeida Couto, ainda em 1888 o governo imperial aprovou a liberação da verba de uma loteria de cento e vinte contos de réis.

³ Currículo de Ciências Aplicadas: aritmética, álgebra, geometria descritiva, botânica, zoologia física, geologia e aplicações, química, mecânica, estereotomia e agrimensura. Currículo de Artes: desenho linear, figuras, geometria, ornato, flores e paisagens, arquitetura, caligrafia, escultura, pintura, estatutária, música, modelação e fotografia (D'ANGELO, 2000).

⁴ A presença da família imperial no Liceu de Artes e Ofícios não se deu somente com a princesa, em novembro de 1885, a instituição recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II, acompanhado do Presidente da Província e do Ministro da Agricultura. Dom Pedro II assistiu aulas, participou da inauguração do Museu e efetivou uma doação de um conto de réis.

Assim como evidenciado por Cunha (1983) e por Belluzo (1988), podemos concluir que foi fundamental o auxílio do governo, tanto no período imperial com a autorização para utilização das oficinas do Instituto de Educando e Artífices, quanto no período republicano com a doação de terrenos e subvenções, porém existia em contrapartida um ganho social, ao passo que a instituição capacitava profissionais que compunham o cenário econômico da cidade que lançava em um modelo industrial.

A assinatura do Liceu de Artes e Ofícios pode ser verificada em alguns edifícios, monumentos e obras da cidade, seja em sua origem ou em seus ornamentos e materiais utilizados na construção. As obras são: - Pinacoteca do Estado (ornamentos) - Teatro Municipal de São Paulo (lustre do saguão) - Palácio das Indústrias de São Paulo (para-raios) - Estação Júlio Prestes (esquadrias) - Monumento Duque de Caxias (moldado no Liceu) - Monumento Ramos de Azevedo (moldado no Liceu) - Monumento às Bandeiras (moldado no Liceu) - Faculdade de Direito do Largo de São Francisco FDUSP (ornamentos do salão nobre e da sala da Congregação). Algumas dessas obras tem a assinatura de profissionais renomados como Victor Brecheret e Galileo Emendabili.

3.2 Instituto Dona Ana Rosa

A criação do Instituto Dona Ana Rosa, em 1875, se dá logo após o surgimento do Liceu de Artes e Ofícios, corroborando com a ideia de que a década de 70 realmente representava uma significativa mudança na configuração institucional na cidade de São Paulo. Segundo Fonseca e Narita (2017, p. 314):

Sua criação deve-se aos propósitos e à herança de D. Ana Rosa de Araújo, levados a efeito pelo seu testamenteiro, Francisco Antônio de Souza Queirós, o Barão de Souza Queirós (CONGRESSO, 1912). Esse instituto com o nome da sua benfeitora é um dos primeiros liceus particulares de ensino profissional da cidade de São Paulo - ao lado do Liceu de Artes e Ofícios, de 1873 -, possível em razão do dote legado por D. Ana Rosa, do qual se serviram os membros da Associação Protetora da Infância Desvalida - a mantenedora - para estabelecer a sede, receber a primeira turma de meninos e custear suas atividades (CONGRESSO, 1912).

De acordo com Amaral (2006, p. 64 apud FONSECA; NARITA, 2017, p. 315), Dona Ana Rosa de Araújo figurava como uma “dama paulista”, que em seu testamento deixou a grande monta de 60 contos de réis para compor a fundação de uma casa de educação para meninos pobres.

Conhecida pela filantropia, Ana Rosa era filha do capitão Manuel Antônio de Araújo e de Dona Joaquina de Andrade de Araújo, casou-se aos 28 anos com Inácio Correia Galvão, também capitão, assim como o pai de Dona Ana. Sem herdeiros diretos, ditou seu testamento ao cônego Joaquim de Monte Carmelo em 1860. Contudo, muitas das testemunhas, quando da abertura do testamento, já haviam morrido ou estavam fora do país, recaindo assim a responsabilidade pela decisão do destino dos bens sobre o senador Francisco Antônio de Souza Queiroz, que optou pela aplicação das três partes do legado em obras de caridade.

Ainda de acordo com Camargo (2004), o Barão de Souza e Queiroz, juntou as doações testamentárias de Dona Ana Rosa com contribuições de seus familiares e amigos para reunir fundos suficiente para à formação da Associação Protetora da Infância Desvalida, conhecida hoje, como Associação Barão de Souza Queiroz de Proteção à Infância e Juventude. As ações de caridade de Dona Ana Rosa receberam reconhecimento na cidade, não só na instituição aqui estudada, mas também seu nome aparece em uma escola estadual da capital, em um largo e em uma estação de metrô, todos localizados no bairro Vila Mariana.

Quanto ao fundador do Instituto Ana Rosa, o cafeicultor Francisco Antônio de Souza Queiroz, mais conhecido como Barão de Souza e Queiroz, pertencia a uma família de grande influência em São Paulo. Seu pai, o Brigadeiro Luiz Antônio de Souza comandava indústrias açucareiras, chegando inclusive a firmar parcerias com a família Vergueiro. A “Vergueiro & Souza” investiam em produção agrícola e venda de terras na região onde atualmente é a cidade de Piracicaba. A proximidade das famílias era tanta que o Barão de Queiroz se casou com Antônia Eufrosina de Campos Vergueiro, filha de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Na área da política, o Barão foi eleito vereador da Câmara Municipal, depois deputado provincial, com legislatura entre 1845 e 1847. Tornou-se vice-presidente da Província, sendo nomeado senador do Império por São Paulo em 1848.

A família Souza e Queiroz, de acordo com Camargo (2004.), também possuía investimentos em empresas ligadas aos serviços públicos como: transporte ferroviário e urbano, iluminação, serviços de água e esgoto. O surgimento dessas empresas, datam nos primeiros anos da década de 1870 e o Barão de Souza e Queiroz representava, dentro da economia paulista, uma transição do capitalismo baseado no empresário individual para o capitalismo de grandes sociedades anônimas. As iniciativas privadas do Barão, identificadas com o capital cafeeiro também exerciam influência na reorganização do modo de trabalho. Conhecido por apoiar o fim da mão obra escrava, o Barão, juntamente com mais dois irmãos, fundou núcleos de trabalhadores livres, com a intenção de que os brasileiros aprimorassem técnicas agrícolas, e esses núcleos passaram a receber imigrantes, principalmente da Alemanha. Além dos

investimentos citados, o Barão foi responsável pela criação da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais (ligando Jundiá à Porto Ferreira através de uma via fluvial pelo rio Mogi-Guaçu que chegava até a cidade de Ribeirão Preto) e da Companhia de Navegação Fluvial Paulista em 1881, chegando a lançar um navio à vapor. O Barão também auxiliou seu filho, José de Souza e Queiroz, a fundar o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A em 1890, um ano antes de seu falecimento.

Entendido a relevância de seus principais fundadores na cidade de São Paulo, vejamos algumas características da instituição.

O Instituto dona Ana Rosa desde seus primórdios tinha a intenção de atender como orfanato e também escola profissional. Ao estudar os levantamentos feitos por Camargo (2004), verifica-se que ao aliar a assistência social às crianças desvalidas e ao formar força de trabalho para a capital, a instituição estaria combatendo a criminalidade na cidade e incentivando um comportamento ordeiro em São Paulo.

No internato, de acordo com Fonseca e Narita (2017), eram atendidos órfãos e meninos que passariam ao menos quatro anos na instituição seguindo o programa escolar e instrutivo que contemplava estudos literários, oficinas de marcenaria, alfaiataria, sapataria, funilaria, tipografia, litografia, mecânica e padaria. As escolhas das oficinas respeitariam “sua vocação e constituição physica” (CONGRESSO, 1912, p. 16). Para que fosse efetiva a atuação do Instituto, ele “[...] estava aparelhado por um corpo de funcionários escalado de acordo com funções específicas e distribuído pelos postos de direção, de professores, de mestres de oficinas, de cozinha e vigilantes” (FONSECA; NARITA, 2017, p. 315).

Sobre o corpo docente do Instituto Dona Ana Rosa, para além de lecionar as oficinas descritas acima, cabia a eles, conforme o Artigo 4 do Estatuto: “[...] além de auxiliarem na ordem e disciplina do estabelecimento e na fiscalização dos alunos, ensinarão as matérias do curso de instrução, dando as aulas necessárias” (REGULAMENTO, 1875, p. 13). Ou seja, além do aspecto pedagógico, caberia aos professores o cuidado com a questão disciplinar, conforme assinala Camargo (2004). O modelo pareava-se com os modelos militares, considerado na época, o mais eficaz para se obter a obediência desejada, cabendo ao corpo docente o adestramento dos menores.

Ainda debruçado sobre o Estatuto, podemos evidenciar, que o principal foco da instituição era o atendimento de crianças entre nove e quinze anos de idade, que estivessem em clara situação de desamparo social. Porém, havia uma preocupação que gerava uma restrição às crianças que apresentassem algum sinal de alguma moléstia contagiosa, e, no caso da criança

não ser vacinada, ela deveria se submeter, sem qualquer objeção, ao recurso da vacinação, para que pudesse apresentar boa saúde ao ser admitida pela instituição.

3.3 Liceu Sagrado Coração de Jesus

Se nas instituições ora citadas a fé católica permeava o discurso de seus fundadores e membros, no caso do Liceu Sagrado Coração de Jesus, a igreja também está no germe de seu surgimento.

A instituição foi fundada pelos Salesianos, e o fato de duas das principais instituições de assistência à infância da cidade de São Paulo estarem vinculadas a igreja é de elevada importância, tendo em vista o contexto da época. De acordo com Emília Viotti (apud COSTA, 2007, p. 164):

Nas últimas décadas do Império a competição política adquiriu novo significado. O desenvolvimento econômico e as mudanças sociais que ocorreram no país a partir dos anos 50 trouxeram para a arena política novos grupos de interesse, tornando impossível manter a aliança entre os dois partidos. A Conciliação rompeu-se. Enquanto na primeira metade do século XIX os liberais tinham se tornado cada vez mais conservadores, na segunda metade, o movimento foi em direção oposta. Nos anos 60, um número crescente de políticos abandonou o partido conservador para aderir ao partido liberal.

Os salesianos encontram exatamente esse cenário no Brasil, por conta do advento da República, a sociedade está experimentando o processo de laicização, com a separação entre a Igreja e o Estado, como apontam os estudos de Pitillo (2017), esta era uma das pautas de discussão de liberais e positivistas. Existia no Brasil, por parte da Igreja, um esforço em trazer ordens religiosas e congregações da Europa para a execução de um projeto de reforma da Igreja no Brasil e formar um laicato nos paradigmas ultramontanos. Sendo assim, os salesianos acabam por ir ao encontro deste movimento dos bispos reformadores, que buscavam se desvincular do Padroado Imperial.

A vinda dos Salesianos foi uma resposta ao pedido dos bispos - principalmente Dom Pedro Maria de Lacerda, do Rio de Janeiro e Dom Macedo Costa, do Pará - que passaram a recusar a função de altos funcionários da Coroa e respeitar a hierarquia eclesiásticas, sem interferência civil. Assim como eles, outros grupos já tinham vindo com a mesma intenção, como: a Congregação dos Padres da Missão (Lazaristas), a Companhia de Jesus e a Ordem dos Frades Capuchinhos.

De acordo com Isaú (1985), para a implantação da Congregação Salesiana na América do Sul e demonstração de sua posição política, seu fundador Dom Bosco, delega a missão a Dom Luís Lasagna, que inicia sua obra no Uruguai, em 1881, fundando uma universidade católica e uma escola superior agrícola. Em 1883, dá início a implantação da obra no Brasil com a criação do Colégio Salesiano Santa Rosa, no Rio de Janeiro, e em 1885 a obra salesiana se estende até São Paulo, com a fundação do Liceu Sagrado Coração de Jesus.

Primeiramente ocorreu a inauguração da Capela-Mor da Igreja do Coração de Jesus, nos Campos Elíseos, no dia 24 de junho de 1884 e um ano depois, em prédio anexo a capela, foi construído o Liceu de Artes e Ofícios. Aos 5 de junho de 1885, chegaram os primeiros salesianos chefiados pelo Padre Lourenço Giordano, que tomou posse do estabelecimento, porém, somente em junho de 1886 chegaram os primeiros internos. No mesmo ano, de acordo com Isaú “instalaram-se as oficinas de encadernação, alfaiataria, sapataria e carpintaria e, em 1888, a tipografia com o maquinário e tipos do jornal ‘Thabor’, doados pelo Padre Almeida” (ISAÚ, 2006, p. 8).

O crescimento do Liceu foi rápido e em pouco tempo já era um dos maiores da capital paulista. Após três anos após sua fundação, contava com duzentos alunos e com o salão que abrigava a marmoraria, a alfaiataria e a sapataria, com a capacidade de abrigar mil e duzentos integrantes. Segundo Isaú (2006), a quantidade de irmãos salesianos especializados passou a ser pequena frente a enormidade de alunos, ficando a cargo de mestres externos a execução das oficinas, que chegaram ao total de vinte e um.

Porém, essa opulência não aconteceu sem auxílio de algumas figuras da elite local. O Conde José Vicente de Azevedo (já citado pela criação do Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga), deputado estadual na época, doou o terreno onde se encontrava o Santuário e o Liceu.

Além de contar com o apoio financeiro-político do Conde, exímio representante da elite da cidade, a obra salesiana em São Paulo, contava com o apoio do Estado, principalmente na figura da princesa Isabel, que de acordo com os estudos realizados Pitillo (2017), deixava pública o seu apreço pelas benesses da instituição.

A Condessa D’Eu chegou inclusive a visitar o Liceu em conjunto com o imperador, em 1886:

Em 15 de novembro, tivemos a grande honra de receber a visita de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz do Brasil, acompanhados pelo Ministro da Agricultura, do Presidente da Província e outras personalidades. Sua Majestade D. Pedro II, apesar de sua idade avançada, queria ver tudo: a igreja, as quatro oficinas, escolas, dormitórios, a fábrica, o pátio com terrenos adjacentes, pedindo detalhada informação dos jovens e do método de ensino.

Fiquei comovido com a bondade de seu trato, especialmente quando ele me disse duas vezes que ‘amou o nosso trabalho’, que ‘conhecia D. Bosco e sua Congregação.’ Um dos nossos órfãos fez-lhe, com muito bom gosto, um pequeno elogio, apresentando a Suas Majestades o livro de observações meteorológicas de Colón, preparadas para a ocasião pelos jovens do Liceu, e cantou uma canção simples, mas agradável. [...] Na sequência, ofereceu-se para as suas Majestades o diploma dos Cooperadores Salesianos, que receberam com grande bondade, e partiram deixando-nos a certeza de sua simpatia para com o nosso trabalho. O 15 de novembro de 1886 vai figurar entre os dias mais auspiciosos para nossa escola (CORRISPONDENZA, 1887, p. 21 apud PITILLO, 2017, p. 96).

A monarquia não se opôs em momento algum no estabelecimento das obras salesianas no Brasil, a visita relatada acima, demonstra, pelo contrário, uma afeição para com os salesianos, o que em tese, seria estranho, devido a intencionalidade de Dom Bosco, que buscava o fortalecimento da hierarquia eclesial em detrimento da imperial. A ajuda do governo não se deu apenas na falta de oposição à realização da obra que se tornou efetiva nos primeiros anos em que se constituía o Liceu, conforme apresentado no relato a seguir:

O Governo Provincial, por meio de uma loteria perdoou dívidas antigas e novas que pesavam sobre esta Casa. [...] O trabalho ainda está em seu início, especialmente nesta província, onde apenas agora são instaladas as primeiras pedras de sua fundação. As dificuldades são muitas [...], no entanto, o Governo promete ajudar essa santa empreita (COLBACHINI, 1889, p. 145 apud PITILLO, 2017, p. 97).

Perdão das dívidas, falta de oposição à instalação do colégio e, indiretamente, auxílio na concessão do terreno. O Conde José Vicente, que doou parte do terreno utilizado para a construção da Capela e do Liceu, havia recebido uma enorme doação do governo de terras no Bairro do Ipiranga, de certo que são terrenos diferentes, mas podemos considerar que a doação do governo ao Conde auxiliou em aumentar as robustas quantias que ele ajuntava com seu grupo de beneméritos para futuras contribuições.

Fica evidente a participação pública na constituição do patrimônio do Liceu Sagrado Coração de Jesus, assim como já evidenciado nas doações do Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga e na passagem de algumas instalações do Instituto de Educandos e Artífices ao Liceu de Artes e Ofícios.

Porém, a mudança do governo monárquico para o republicano poderia alterar as configurações das relações entre a instituição e o Estado, principalmente pelo fato de, a partir do advento da República, a Igreja e o Estado se colocarem em lados distintos. Logo de cara, a Carta Constitucional já limitava alguns privilégios religiosos, instituindo por exemplo: o casamento civil, o ensino leigo, a secularização dos cemitérios, a proibição do clero de

participar das eleições e instituindo a liberdade ao culto (PITILLO, 2017). Mas, mesmo com essas modificações, não houve rompimento da Igreja com as elites republicanas; a hierarquia eclesiástica continuou realizando papel fundamental em instituir a ordem social, enunciada e defendida pelo discurso positivista.

Podemos inclusive, inferir que a descentralização do poder e o fim do padroado, causou uma certa liberdade aos negócios eclesiásticos, pois a distribuição de cargos do clero, a criação de novas dioceses, indicações e nomeações e a fixação de normas e diretrizes dos serviços religiosos deixaram de ser de competência imperial e passaram a depender exclusivamente da organização eclesiástica. (ISAÚ, 1985, p 31). Para darmos sequência nesta análise, iremos, com mais profundidade detalhar a formação do Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga.

4 AS RELAÇÕES ENTRE PÚBLICO E PRIVADO: O PAPEL DO CONDE JOSÉ VICENTE DE AZEVEDO E A FUNÇÃO DO ASILO DE MENINAS ÓRFANS DESAMPARADAS NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO IPIRANGA

Advogado, deputado, conde e carola. José Vicente de Azevedo, encarnava diversos papéis na sociedade paulistana. Nascido em Lorena, no dia 7 de julho de 1859, de família tradicional, pertencente à elite agrária, José Vicente formou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em 1882, após dois anos de sua formação assumiu o cargo de deputado provincial pela província de São Paulo, somando-se suas reeleições, neste primeiro momento, o Conde ficou no poder legislativo de 1884 a 1889. Neste tempo de mandato, apresentou e obteve aprovação de diversos projetos, dentre os mais conhecidos, estão a autorização do Viaduto de Chá e a reforma da nova sede da Catedral Metropolitana de São Paulo. Após nove anos afastado dos cargos políticos, volta a assumir uma cadeira na Câmara do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo de 1898 a 1906 e depois de 1910 a 1918. Mantendo-se na esfera pública, entre 1925 a 1927, é eleito senador estadual para o Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo. Ainda de acordo com Franceschini *et al.* (1996), para além da vida legislativa, o Conde (título concedido pelo Papa Pio XI, em 1935) ainda se destaca pela autoria do “Hymno à Gloriosa Padroeira do Brasil”, oficializado pelo Cardeal Mota, arcebispo de São Paulo, em 1951 e pelas inúmeras obras assistenciais na cidade.

Destacamos aqui, uma dessas obras, a construção do Asilo de Meninas Órfãs desamparadas Nossa Senhora do Ipiranga. A obra data do ano de 1886, porém voltemos uma década para entender o contexto do cenário assistencial, principalmente no que diz respeito à assistência voltada para as meninas na cidade de São Paulo. O relatório do presidente de província João Theodoro Xavier, em 1874, traz uma preocupação em relação ao atendimento feito pelo Seminário da Glória. O político questiona a eficácia da instituição em “entregar” para a sociedade paulistana, as meninas do seminário, “prontas para o casamento, magistério ou qualquer ocupação industrial”⁵, propondo a interrupção de admissão de novas internas. A única instituição voltada para o acolhimento de meninas desvalidas na cidade estava sofrendo fortes críticas do Legislativo, mas de lá mesmo surge uma solução, não para o Seminário da Glória, mas sim para a cidade. É nesta mesma década, partindo do deputado José Vicente de Azevedo,

⁵ PRESIDENCIA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Exm. João Theodoro Xavier. São Paulo: Typographia Americana, 1874. P. 36.

que se inicia a articulação da criação de uma outra instituição para atendimento às meninas desvalidas: o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga.

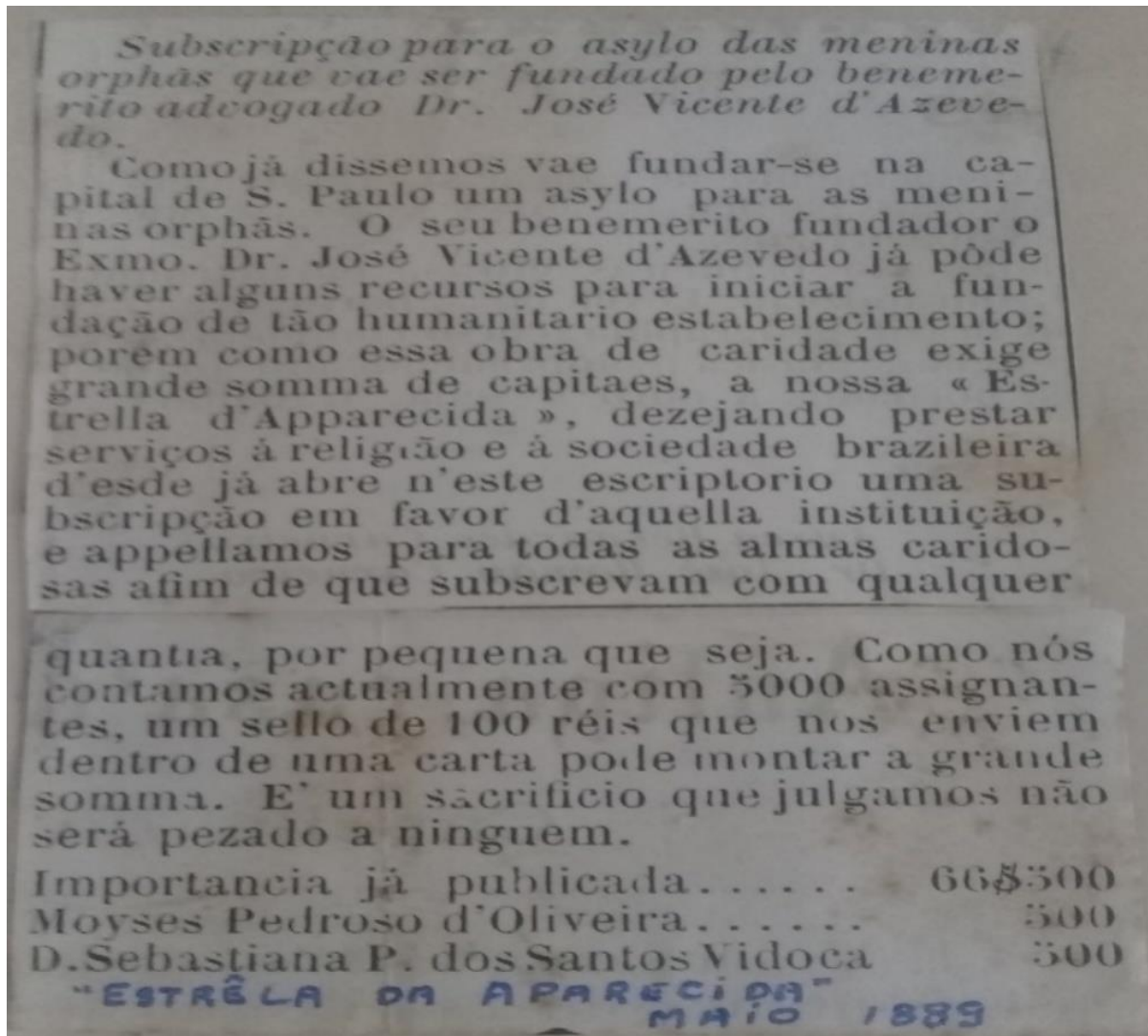
Assim como o Instituto Dona Ana Rosa, fundado por uma figura ilustre da sociedade paulistana, o Barão de Souza e Queiroz, o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga também tem sua fundação pautada em um personagem muito conhecido da capital no final do século XIX, mas desta vez o título é outro; ao invés de Barão, neste caso, seria um Conde, o Conde José Vicente de Azevedo. Ao analisarmos os estudos de Etchebèhére Júnior, Mazzali e Viegas (2007) podemos traçar um perfil do Conde, como um convicto monarquista que aceitou a República como um fato consumado, atuante na política, foi deputado provincial e senador pelo Partido Conservador, de família aristocrática e notadamente católica, era oriundo do Vale do Paraíba, atuando também como advogado e professor. O Conde era referência no campo educacional e da filantropia para a elite católica paulista.

Passou a ser uma referência no campo educacional, principalmente por ter atuado por muito tempo na Escola Normal Provinciana, criada em 1846. A escola tinha como diretor o Dr. Manoel José Chaves (professor de filosofia da Faculdade de Direito e tesoureiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé) e recebeu ao longo de suas atividades diversas figuras que posteriormente tornaram-se homens públicos e de forte influência no Estado.

Dentro dos grupos frequentados por José Vicente de Azevedo, era comum a prática da caridade cristã aliada à filantropia⁶ e após lecionar na Irmandade passou a ser um de seus provedores por muitos anos, além de cumprir suas obrigações ligadas diretamente ao culto eucarístico, também se destacou às questões sociais (ETCHEBÈHÉRE JÚNIOR; MAZZALI; VIEGAS, 2007). A prática da filantropia, tão comum na camada social à qual o Conde pertencia, ocorria tanto de forma isolada, quanto combinada em grupos dos mais variados segmentos, da classe política, dos aristocratas ou religiosos (por certo, muitas vezes uma combinação desses adjetivos citados). Uma prova disso, é o documento encontrado nos arquivos da instituição, demonstrando o apelo aos colegas católicos para a prática:

⁶ Segundo José Roberto do Amaral Lapa (2008), o filantropo tem por objetivo muitas vezes a projeção social, seja por meio da imprensa, sermões, discursos, lápides, nome de ruas e praças, ela, a filantropia, cria uma identificação dentro da sociedade local, cujo o espírito cristão preside estas ações, motivando os outros, assim, a seguir este exemplo.

Figura 4 - Contribuição da “Estrella d’Aparecida”⁷



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Por ter sido também advogado e procurador de professores públicos, sendo até eleito para o Conselho Superior de Instrução Pública da Província, o conde mantinha uma ligação com o professorado da cidade, inclusive com o professorado católico.

Sua atuação dentro da educação se destaca, principalmente, pela criação da reforma de 1885, suspensa por Pestana e reativada em 1888 que “instituíra o ensino leigo, a divisão das escolas elementares em três graus, a intuição como método de ensino oficial, e a Escola Normal como única agência de formação dos mestres de primeiras letras” (HILSDORF; SOUZA, 2000, p. 3). A medida provocou uma reação por parte dos professores, que viam nela, uma possível

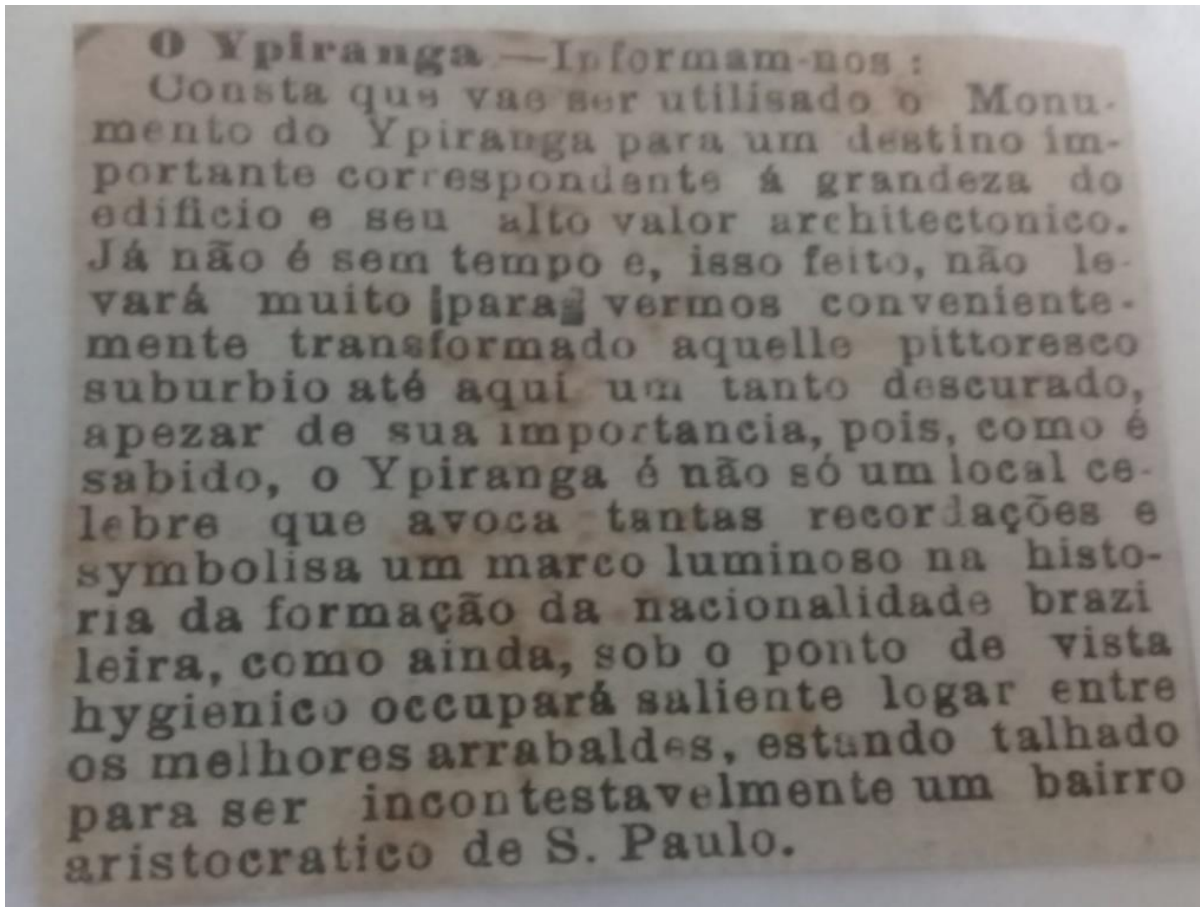
⁷ Estrella d’Aparecida, refere-se ao grupo de assistência criado por frequentadores e mantenedores da Catedral Basílica de Nossa Senhora Aparecida, do qual o Conde José Vicente de Azevedo fazia parte.

desqualificação não normalista dos professores e também a ingerência do Estado nas práticas dos professores.

Aliás, nesta mesma década, os nomes de José Vicente e Rangel Pestana, também se destacavam pelo “caso do Ipiranga”. Ambos discordavam de como seria usado o recurso de loterias provinciais; enquanto o Conde defendia, junto ao governo provincial e os conservadores católicos, pretendia construir uma escola asilo ou uma universidade católica, Rangel Pestana desejava a instalação de um Liceu Científico e uma Escola de Agricultura. Fazendo uso dos estudos de Maria Cecília e Maria Lucia (HILSDORF; SOUZA, 2000), o projeto de Pestana foi aprovado em 1885, porém, parte dos recursos para a construção da escola foi destinada a orfanatos católicos, conforme emenda criada pelo Conde, garantindo essa distribuição.

A disputa pelas obras e benfeitorias no bairro do Ipiranga, iam além das esferas assistenciais, à época havia uma preocupação em ressignificar o local (tão famoso, por representar o ato de Independência do Brasil), que segundo os relatos colhidos, estava carente de obras arquitetônicas que representassem sua importância. Acreditava-se, segundo o documento abaixo, que a obra do Conde, traria prestígio ao bairro, tornando-o “incontestavelmente um bairro aristocrático de São Paulo”:

Figura 5 - Alterações no Bairro do Ipiranga



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Enfim, diversas intenções permeavam a fundação e criação do Asilo, para que ela ocorresse, a arrecadação desses fundos de doações vai auxiliar na realização de diversas obras, nesta parceria que se mostrava promissora, entre o Conde José Vicente, seus aliados políticos e a igreja católica que estava impregnada pela encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1878 - 1903) fazendo com que eles colaborarem com o Conde, na prática do assistencialismo na capital.

De acordo com Etchebèhére Júnior, Mazzali e Viegas (2007, p. 171):

A primeira obra iniciada pelo conde Dr. José Vicente de Azevedo, no bairro do Ipiranga, foi, segundo Maria Angelina Franceschini, o Internato Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, responsável (indiretamente) pelo surgimento do Educandário Sagrada Família, do Grupo Escolar São José e do Noviciado Nossa Senhora das Graças. O Internato Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga foi inspirado no Seminário das Educandas de Nossa Senhora da Glória - único estabelecimento gratuito existente na Paulicéia, fundado em 1825, de caráter oficial, posteriormente dirigido pelas irmãs de São José de Chambery.

Evidencia-se que a elite católica ao se articular na cidade de São Paulo e criar diversas instituições, acaba desempenhando um papel próximo ao do Estado, ao oferecer assistência, alfabetização e profissionalização à população carente paulistana. Segundo a obra estudada “a igreja Católica fornecia o ‘capital humano’ - padres e freiras com conhecimentos e habilidades para o ensino elementar, para a filantropia e a assistência hospitalar. Daí a ênfase a institutos que preparassem os internos profissionalmente” (ETCHEBÈHÉRE JÚNIOR; MAZZALI; VIEGAS, 2007, p. 178).

Ao estudar os feitos de José Vicente de Azevedo, tanto na cidade, quanto mais especificamente no bairro do Ipiranga, é possível perceber a atuação conjunta da elite com as partes da mais alta hierarquia da Igreja para alcançar seus objetivos assistenciais, prolongando assim, a permanência das irmandades que atendiam a carências sociais da capital paulista.

O Conde é a expressão de uma tendência ultramontana, demarcando o espaço de atuação da Igreja Católica romanizada (HILSDORF; SOUZA, 2000), dentro de um confronto com os anticlericais e com as autoridades eclesiásticas envolvidas com a afirmação de um novo catolicismo diante de uma prática tradicional. E como o ultramontanismo não se opunha as novas e diferentes formas de enriquecer, a atuação de leigos católicos abastados combinado com uma visão empresarial fizeram o Conde ter uma percepção apurada do mercado imobiliário na capital paulistana.

Ainda sobre a relação entre a fé e o assistencialismo, podemos destacar na biografia feita por Maria Angelina Vicente de Azevedo Franceschini (1996, p. 67):

Soube José Vicente de Azevedo associar intimamente civismo e religião, assim como identificar o amor à terra, que o viu nascer, com a fé católica, recebida no berço [...]. Transformou a obra de misericórdia - amparar os pequeninos, os pobres, os miseráveis - no próprio serviço à Pátria. Patriotismo sublimado de caridade cristã - partindo da assistência à infância.

José Vicente adquiriu diversos terrenos devolutos do governo e algumas propriedades no alto do Ipiranga, deixando algumas delas reservadas para a construção de suas obras pias, enquanto outras ficaram reservadas para investimentos futuros, tendo em vista, a intensa urbanização da cidade. A ideia do Conde era transformar a colina do Ipiranga numa “cidade do Vaticano”, criando uma “colina da caridade cristã”. Conforme assinalam as autoras Maria Cecília e Maria Lucia (HILSDORF; SOUZA, 2000, p. 4), o resultado foi:

Daí a cidadela murada que ergueu no quadrilátero formado pelas ruas Nazaré, Gama Lobo, Moreira de Godói e Dom Luiz Lasagna, ao lado do prédio do Museu, para abrigar um complexo de instituições que ganham muito do seu significado quando referidas aos acontecimentos da década de 1880.

Alguns terrenos doados pelo governo e outros comprado pelo Conde, com ou sem auxílio de grupos que compunham a elite da cidade, formavam um patrimônio robusto no bairro do Ipiranga. A tal colina poderia render bem mais do que benefícios exclusivos para as obras assistências de José Vicente. Conforme evidenciado na documentação levantada, as construções possuíam inestimado valor arquitetônico, contribuindo, segundo o relato, para uma melhoria do bairro, tornando-o quem sabe, em um local aristocrático e devolvendo a ele, sua importância dentro da história nacional - uma clara referência ao processo de Independência do Brasil.

A abrangência do território que o Conde possuía era tamanha que a tal “cidadela murada” abrigava as seguintes obras:

- Educandário Sagrada Família: uma casa asilo para escravos libertos e uma escola agrícola para seus descendentes, com projeto de 1890 e concluída apenas em 1903 com auxílio do Bispo Antônio de Alvarenga e as Irmãzinhas da Imaculada Conceição;
- Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora: colégio particular para meninas de famílias abastadas empobrecidas, começando sua atuação no campo assistencial em 1889 e com atendimento aos meninos a partir de 1896, este anexo posteriormente foi convertido em um abrigo para órfãos de imigrantes com o nome de Orfanato Cristóvão Colombo;
- Instituto Padre Chico: idealizado para meninos cegos, inaugurado somente em 1923, sendo a primeira instituição desta natureza no Estado de São Paulo;
- Grupo Escolar São José: uma opção católica aos grupos escolares do governo republicano, inaugurado em 1924 e comandado pela professora Carolina Ribeiro;
- Colégio São Francisco Xavier: dirigido por jesuítas, o colégio foi inaugurado em 1876 no bairro da liberdade com o nome de Colégio Católico Japonês São Francisco Xavier e em 1928 foi transferido para o bairro do Ipiranga, após doação de José Vicente de Azevedo.

Das obras citadas acima, tanto o prédio do Asilo Nossa Senhora Auxiliadora, quanto o Grupo Escolar São José, foram idealizados pelo escritório do Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo (executado pelo arquiteto Guilherme Krug), local em que, aliás, trabalha um irmão de José Vicente. A intenção arquitetônica das obras era representar as instituições educacionais

como algo perene, demonstrando monumentalmente sua importância dentro dos valores que constituíam o período.

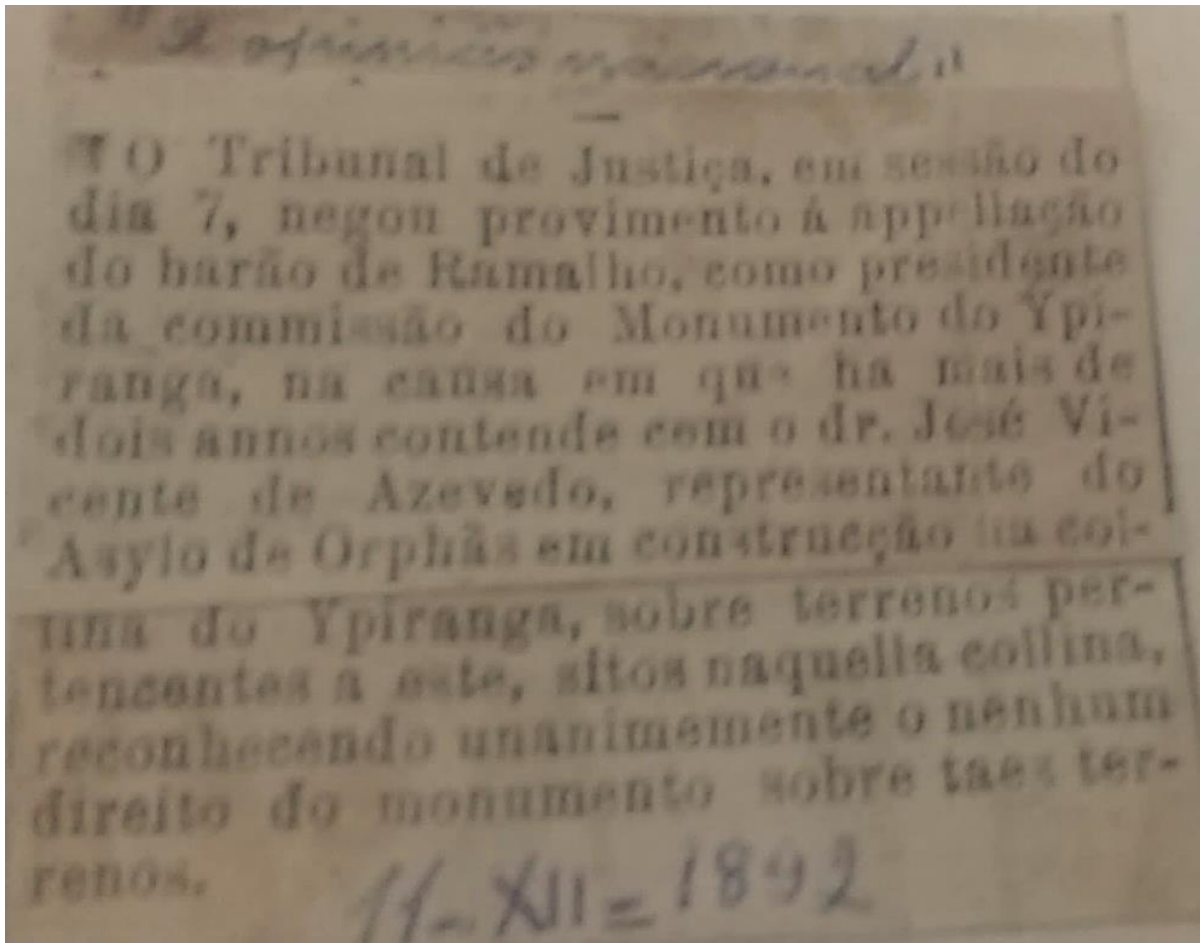
Se por fora a arquitetura tinha uma intenção nítida, por dentro a instituição tinha a seguinte intenção: ministrar instrução primária, prendas domésticas e profissionais, gratuitamente a órfãs desvalidas, de preferência filhas de famílias brasileiras que no momento passassem dificuldades, mas que já tinha sido abastada. Seguindo os estudos de Etchebèhére Júnior, Mazzali e Viegas (2007), o amparo também se aplicava as irmãs que cuidassem das órfãs que viessem a falecer enquanto estava asilada na instituição.

O Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga foi inaugurado aos 22 de novembro de 1896, segundo os relatos a obra era para ter sido entregue antes, porém de acordo com o parágrafo inicial do primeiro Estatuto (ANEXO B),

A inauguração da obra deveria ter ocorrido em 1892, porém de acordo com o relato do Conde José Vicente de Azevedo, o atraso se deu “por motivo de força maior (embargo de obra nova oposto pelo Presidente da Comissão do Monumento do Ypiranga e cujo pleito durou cerca de quatro anos)”. (INTERNATO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO IPIRANGA. Denominação, fins e modo de funcionamento. São Paulo: Museu José Vicente de Azevedo. MVA.A.001.619).

A disputa, inclusive foi parar no Tribunal de Justiça do Estado, conforme o documento encontrado durante a pesquisa:

Figura 6 - Disputa com o Barão de Ramalho



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Após as intensas disputas e a inauguração das obras, a direção do Asilo ficou à cargo das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora - congregação salesiana - (ANEXO B - 2º parágrafo) e sua manutenção ficava sob os cuidados da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé - irmandade na qual José Vicente de Azevedo era provedor - ficando ao cargo dele e não da irmandade os cuidados com o asilo, a partir de 1911. Neste período, o Conde fez uso em grande monta, para administrar o asilo, de uma grande doação feita pelo Sr. Joaquim Floriano Wanderley (ETCHEBÈHÉRE JÚNIOR et al. 2007, p. 172).

No entanto, mesmo que administrado de forma privada e tendo sua manutenção feita também de forma privada pelo Conde José Vicente de Azevedo, o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga contou em sua formação com o auxílio do Governo do Estado, assim como no caso do Liceu de Artes e ofícios, mostrado anteriormente, o poder público se fez presente nas ações privadas referentes a assistência à infância na cidade de São Paulo.

Conforme o ANEXO C (Figura 13), a descrição do documento é a seguinte:

Planta dos Terrenos Concedidos pelo Governo para fundação de um Asylo de Meninas Orphas ao cidadão José Vicente de Azevedo, medidos e demarcados por ordem do Juiz Comissário dos Municípios da Capital e Santo Amaro, pelo Engenheiro Olympio R. Antunes em 1889. Área concedida 16 hectares.

É possível verificar na ampliação do documento, o ANEXO C (Figura 14), a descrição da planta dos terrenos doados, a referida área fica ao lado da Praça da Independência. Também pode-se observar a inscrição na parte superior do documento “terrenos devolutos” e na parte inferior “terrenos particulares”, bem como o nome das ruas que perfazem os limites da instituição e os números dos lotes que compõem a colina.

No ano seguinte em 1890, o Governo do Estado concede uma segunda doação, como podemos observar no ANEXO C (Figura 15), que traz a descrição:

Planta dos Terrenos concedidos ao cidadão Dr. José Vicente de Azevedo nas proximidades do Monumento do Ypiranga medidos e demarcados pelo Engenheiro Rodolpho Pereira por ordem do Juiz Comissário Dr. Olympio Roiz Antunes, 1890. Área total 300.00 metros ou 30 hectares.

Além da metragem, outra grande diferença entre a Figura 16 em relação às Figuras 17 e 18 é que naquela, a doação não está em nome do Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, mas sim em nome de José Vicente de Azevedo.

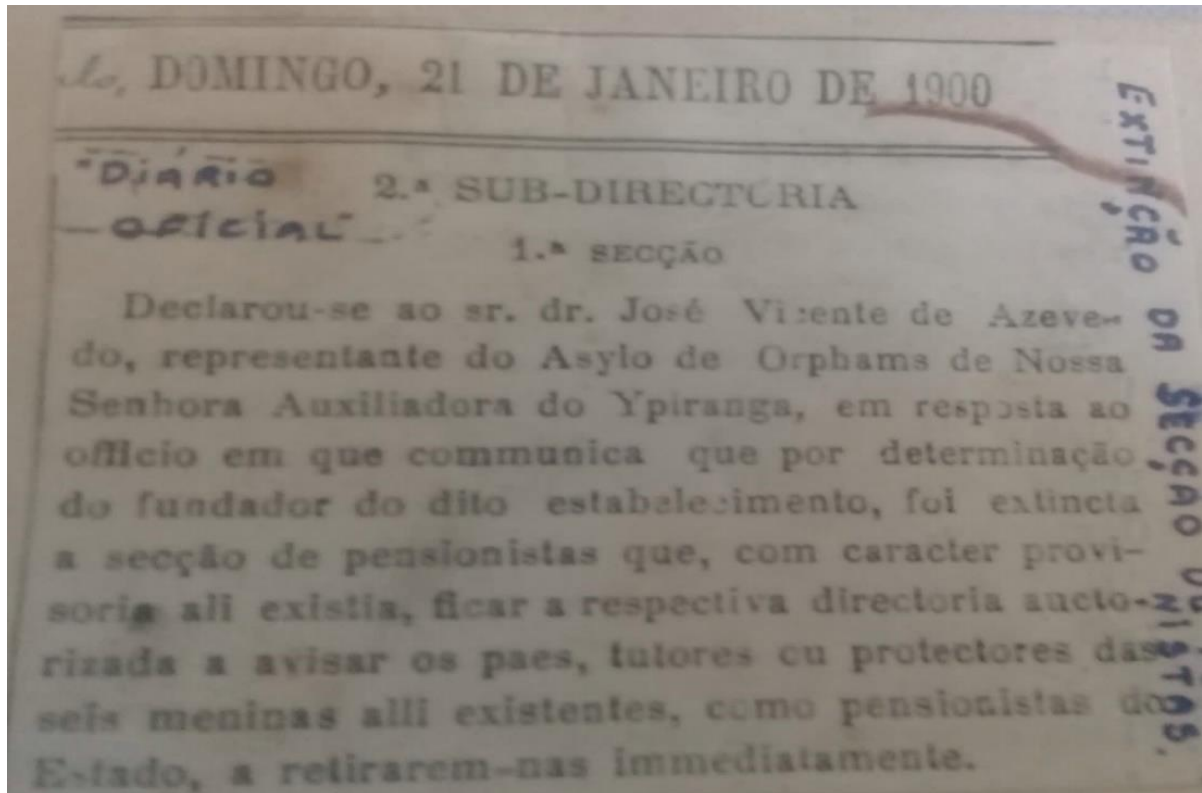
É possível afirmar que ao doar os 16 hectares em 1889 e 30 hectares no ano seguinte, o poder público esteve intrinsecamente ligado a formação do patrimônio que compuseram as obras pias do Conde, podendo concluir que as iniciativas privadas de assistência eram permeadas pelas iniciativas públicas, que tinham total interesse na execução dos programas dessas instituições.

Formado o patrimônio, vencidas as disputas políticas e burocráticas para sua instalação, o Asilo, enfim, estava pronto para seu pleno funcionamento.

A proposta do Asilo, segundo Souza (2019), era promover a educação formal das internas combinando aulas de prendas domésticas, ensino religioso e ensino primário. As crianças poderiam ficar em dois tipos de regime: o semi-internato ou internato. A intenção era oferecer os propósitos da caridade assistencial, oferecer educação escolar e profissionalizante, visando combater a vulnerabilidade e formar uma nova classe trabalhadora de acordo com as concepções morais da sociedade burguesa ilustrada dominante neste cenário paulista do século XIX.

Nos primeiros de atendimento, o Asilo além de acolher órfãs desvalidas, ainda admitia a matrícula de pensionistas, porém no recorte das informações que recolhemos durante a pesquisa, o sistema de pensionato não existia mais, de acordo com um pedido do próprio Conde:

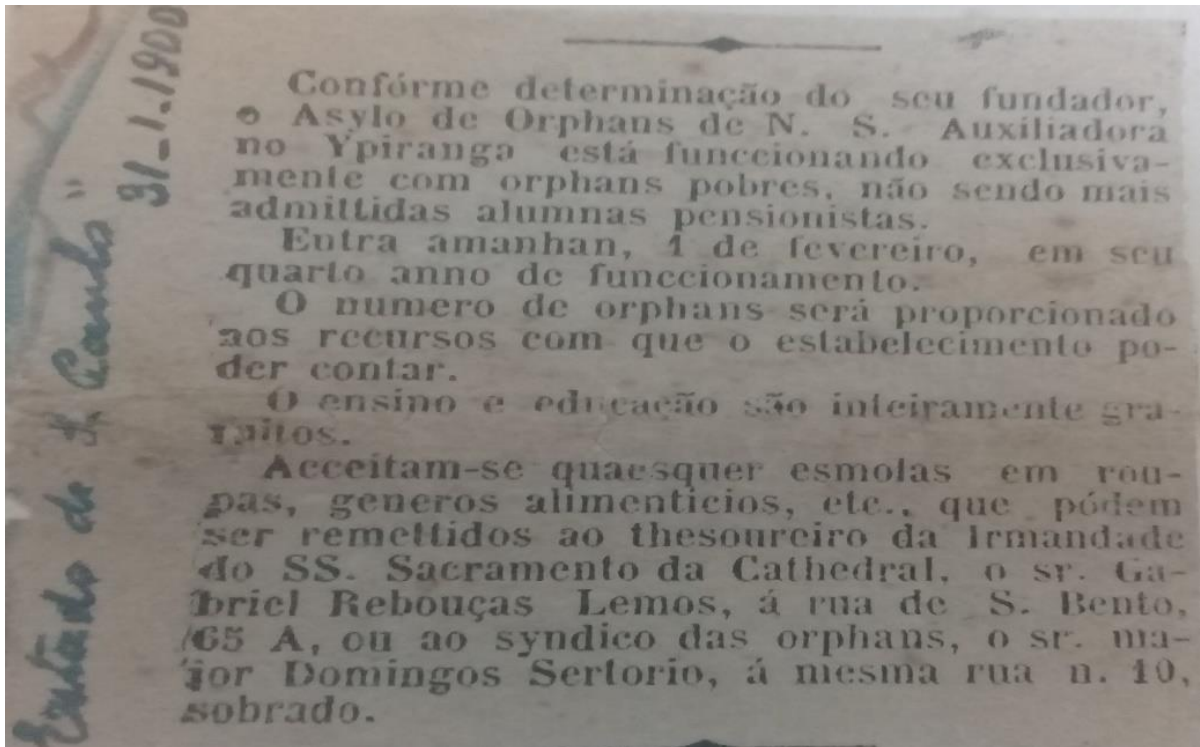
Figura 7 - Extinção do pensionato



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Passado 4 (quatro) anos de sua inauguração, o Conde reavaliou a intenção de abrigar pensionistas, explicita no Estatuto (ANEXO B), alterando a configuração do Asilo, ficando-o exclusivo ao atendimento conforme documento abaixo, às “órfãs pobres”, reiterando seu caráter gratuito:

Figura 8 - Extinção do pensionato (parte 2)



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Um outro fator que também possa justificar tal fato, seria a grande quantidade de internas que permaneciam por muito institucionalizadas, levando em conta a ideia de que após a entrada na vida adulta, ficava mais complicado a reinserção destas meninas na sociedade e o direcionamento para o mundo do trabalho. Não podemos aqui, inferir que esta dificuldade perdurou por muito ou pouco tempo no Asilo, tendo em vista que foi possível apenas o levantamento deste indício nas matrículas do ano de 1900, evidenciadas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Relação de alunas ingressantes no ano de 1900

Idade de entrada	Naturalidade	Ano de saída	Idade de saída
6	Sorocaba	1900	6
6	Lorena	1900	6
6	Limeira	1900	6
7	São Paulo	1901	8
9	São Luís Paraibuna	1901	10
10	Atibaia	1901	11
11	Ilha da Madeira	1901	12
10	São Paulo	1902	12

11	São Paulo	1902	13
11	São Paulo	1902	13
11	São Paulo	1902	13
11	Sorocaba	1903	14
11	Lorena	1903	14
12	Limeira	1904	14
11	Campinas	1904	15
11	Lorena	1904	15
10	Atibaia	1905	15
8	São Paulo	1907	15
8	Franca	1907	15
8	Lorena	1907	15
8	São Paulo	1907	15
8	São Paulo	1907	15
8	Sorocaba	1907	15
7	Lorena	1908	15
7	Limeira	1908	15
7	Campinas	1908	15
7	São Luís Paraibuna	1908	15
7	Atibaia	1909	16
7	São Paulo	1909	16
7	Franca	1910	17
7	São Giovanni Mariana	1910	17
8	São Paulo	1910	18
8	São Paulo	1910	18
8	Sorocaba	1910	18
8	Lorena	1910	18
8	Limeira	1910	18
8	Campinas	1910	18
8	São Paulo	1910	18
8	São Paulo	1910	18
9	São Paulo	1910	19
9	São Paulo	1910	19
9	São Paulo	1910	19

7	Málaga	1912	19
7	Lorena	1912	19
7	Campinas	1912	19

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Ao nos depararmos com as informações colhidas no Asilo, foi possível perceber que a maior parte das crianças acabava ficando um longo tempo na instituição, pegando o recorte somente do ano de 1900, foram 44 alunas acolhidas (QUADRO 2), das mais variadas cidades do Estado, mas com predominância da cidade da capital. Em relação à naturalidade, nos chama atenção o fato de algumas serem do exterior (Ilha da Madeira, São Giovanni Mariana e Málaga). Porém a nossa atenção realmente se deita ao verificar a idades com que elas deixavam a colina: das quarenta e quatro, apenas 14 saíram entre os 6 aos 14 anos, 13 jovens saíram aos 15 anos, 2 aos 16 e 17 anos e entre os 18 e 19 anos, foram 14 órfãs.

Não há informações documentais que possam confirmar, porém por meio da contextualização do período, podemos, ao menos nos questionar, se a maior quantidade de meninas deixando a instituição aos 15 anos tem relação com a “função feminina” na sociedade da época, saindo da instituição para executar trabalhos domésticos e assim prosseguir com seu sustento, sem se manter por um período prolongado institucionalizada. Aqui, ao fazer essa reflexão, podemos nos apoiar na função do Asilo, trazido em seu Estatuto (ANEXO B - 2º parágrafo), no qual define que a instituição “tem por objeto dar abrigo e formar sob a moral cristã católica” e conjecturar com as pesquisas levantadas por Souza (2018), ao falar das meninas órfãs na São Paulo pós-abolição, sobre a ideia de que havia sem dúvida uma associação das tarefas domésticas, conservação do lar e bem-estar da família com a figura feminina. Segundo a autora, o principal argumento para tal era de as mulheres aprestariam maior fluidez no afeto, maior intimidade e também familiaridade, que eram imprescindíveis para tornar o lar, um local mais equilibrado e estável. Souza (2018, p. 32) desta que:

Desta maneira, os indivíduos responsáveis pelos cuidados com as roupas, alimentos, limpeza e bem-estar da família, deveriam idealmente pertencer ao gênero feminino. É possível enxergar separações hierárquicas, raciais e classistas dentro da própria categoria do gênero, o que certamente se incorpora à definição de território doméstico no período em questão.

O direcionamento moral das crianças órfãs, atende uma lógica das relações hierárquicas que iriam abalzar o futuro de muitas delas, na hierarquia do espaço doméstico, características como fidelidade e honestidade, são imperativos imprescindíveis. A estrutura institucional, dita

escolar, se responsabilizaria por esta instrução. Essa ideia, conforme apontada por Souza (2018) ia ao encontro com os ideais republicanos, com os discursos de civilidade e aperfeiçoamento moral da classe trabalhadora.

O recém instaurado Estado Republicano projetava nestas crianças uma obrigação de concretizar os valores do trabalhador civilizado e disciplinado, inculcando em especial, nas meninas, a criação da mulher moderna, a partir do enfoque dado na execução das prendas domésticas, dimensionando a importância da formação de uma exemplar dona de casa, esposa, patroa e criada, nas palavras da autora, responsáveis pela sustentação e preservação moral da família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises de fontes, do levantamento bibliográfico, nas consultas de relatórios, foi possível perceber uma demanda em comum entre as instituições aqui trazidas; seus projetos assistenciais nascem de uma organização civil, ambas obtiveram, mesmo que em diferentes momentos, acesso à subsídios do Estado e todas foram configuradas de forma privada, mesmo que articulando ora com instituições religiosas, ora com o Estado, e sempre com a sociedade civil. As instituições, cada uma ao seu modo, representavam a dinâmica social da época, no que diz respeito ao acolhimento e condução das crianças.

Em especial o contexto em que se insere o Conde José Vicente de Azevedo e toda a realização por ele efetuada, tanto na cidade de São Paulo, quanto em cidades do interior (em especial na região de Lorena, sua cidade natal), está contida na transição política do Império para a República, na qual uma série de rearranjos institucionais acontecem; na transição das condições de trabalho escravo para o assalariado; no auge das transformações industriais e por fim, na transição de um catolicismo iluminista para o ultramontano. O exemplo do Conde, talvez seja um de centenas da chamada “metamorfose da riqueza” (HILSDORF; SOUZA, 2000), na qual o capital do mundo agrário (origem familiar e de posses do Conde) migra para o capitalismo empresarial moderno.

A modernidade paulistana, vinda a toque de caixa pela política republicana, está representada aí, nas obras do Asilo Nossa do Ipiranga, pela institucionalização da assistência, do ensino e da religiosidade, formando uma tríade que também compõe um aparato organizacional.

José Vicente de Azevedo desenvolveu em várias direções o programa de reestabelecimento da supremacia da Igreja na sociedade brasileira que marca os anos 1870-1930 [...] ao longo de seus mandatos, propôs a destinação de verbas e loterias para igrejas e colégios católicos, segundo aquela defesa intransigente da fusão entre Igreja e Estado - e subordinação deste àquela - que encontramos entre outros possuidores de mentalidade teocrática ultramontana no período. (HILSDORF; SOUZA, 2000, p. 3).

Ao contar com o apoio religioso na execução das obras de assistência, os mantenedores já diminuía as custas e dirimiam problemas ligados á manutenção dos trabalhos assistências, porém isto não bastava, se fez necessário o estreitamento de laços com o Estado, de acordo com Souza (2019), se fazia necessário, era uma via de mão dupla; ao se relacionar com o Estado, as instituições diminuía seus custos, conforme evidenciado nos documentos (isenção de impostos, o abatimento no gás, as subvenções advindas de loterias e concessão de terrenos),

elas também absorviam uma parte da demanda de atendimento as crianças desvalidas - tão necessário para o projeto social, tanto do final do Império, quanto do início da República. Poderíamos, neste ponto, supor uma correlação, ao avançar nas fontes, até apontar um grau de interdependência entre instituição e Estado, criando assim uma “zona cinzenta”, a qual tentamos, por meio das fontes trazidas, jogar luz e perceber tal articulação.

Este projeto tinha como finalidade a formação de um país consonante à modernidade de um Estado novo - limpo, ordenado, industrializado, livre de epidemias - para isto era necessário elevar o trabalhador (disciplinado, livre e assalariado), para que ele pudesse se encaixar neste novo momento. A criança institucionalizada, principalmente aquela, cuja instituição possuía fortes laços com o Estado, mas só ela, estava inserida dentro deste processo, que assegurava a reboque, uma proletarização do ensino de ofícios, elas passavam pela moralização por meio do trabalho, pela valorização do cidadão “útil”.

Justamente neste contexto que, a filantropia, a assistência à criança desvalida, ao órfão e aos mais vulneráveis, se alinha com a instrução básica, com a formação cívica e profissional. Segundo Marcílio (1998), a intenção das figuras mantenedoras das instituições, geralmente como mostrado aqui, totalmente enraizados na estrutura estatal (seja nas suas condições políticas ou no estreitamento das relações com o Estado), era absorver essas crianças, que poderiam trazer problemas futuros, portadoras de hábitos indesejáveis e devolve-las à sociedade como cidadãos providos de habilidades desenvolvidas, aptos para desempenhar suas funções, seja no chão de fábrica ou no chão do lar.

REFERÊNCIAS

- ARIES, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.
- AZZI, R. **Os salesianos no Brasil: à luz da história**. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Nacional, 1959.
- BELLUZO, A. M. M. **Artesanato, Arte e Indústria**. 1988. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- BERMAN, M. Modernidade ontem, hoje e amanhã. *In*: BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Ana Maria Ioriatti e Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm. Acesso em: 03 nov. 2019.
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. **Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império**. Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm. Acesso em: 03 nov. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. **Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 nov. 2019.
- BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. **Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império**. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 03 nov. 2019.
- CAMARGO, P. E. B. **A influência da iniciativa particular na organização oficial do ensino escolar paulista no período da Primeira República: uma análise do Estatuto e Regimento Interno do Instituto Dona Ana Rosa (1875)**. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2004.
- CAMBI, F. Características da educação moderna. *In*: CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Isenta do pagamento de impostos os imóveis da Associação Protectora da Infância Desvalida.** [Anexo relatório da Associação Protectora da Infância Desvalida e do Instituto D. Ana Rosa, do ano de 1911]. São Paulo, 1912.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CUNHA, L. A. As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. **Revista da Faculdade de Educação da UFF**, Niterói, ano 10, n. 1-2, jan./dez. 1983.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

D'ANGELO, M. **Caminhos para o advento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1910-1930):** um projeto das elites para uma sociedade assalariada. 2000. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ELIAS, N. Da sociogênese dos conceitos de “civilização” e “cultura”. *In:* ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1989.

ETCHEBÈHÈRE JÚNIOR, L.; MAZZALI, L.; VIEGAS, R. F. Educação e filantropia na cidade de São Paulo, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX: um estudo da obra do Conde José Vicente de Azevedo no Bairro Ipiranga. **História da Educação**, n. 22, p. 155-181, maio/ago. 2007.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. v. 1.

FONSECA, S. C. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 79-108, mar. 2012.

FONSECA, S. C. A presença do público e privado na assistência a infância: semelhanças e diferenças entre São Paulo e Ribeirão Preto (1903-1922). **Cadernos de História da Educação (UFU)**, Uberlândia, v. 8, p. 203-220, 2009.

FONSECA, S. C. Ribeirão Preto e a chegada da assistência institucional à infância ao Oeste Novo. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 14, n. 2, mai./ago. 2015.

FONSECA, S. C.; CASTRO, C. R. C. O que os jornais contam sobre a menoridade em Ribeirão Preto no início do século XX. **Albuquerque: Revista de História**, Campo Grande, v. 5, n. 9, p. 133-160, jan./jun. 2013.

FONSECA, S. C.; NARITA, F. Z. A variedade institucional como tema para o estudo da história da assistência à infância na cidade de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, p. 304-325, jul./dez. 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar a Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

- FRANCESCHINI, M. A.V. A. *et al.* **Conde José Vicente de Azevedo: Sua vida e obra.** 2a. Ed. São Paulo: Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, 1996.
- FUNDAÇÃO E ESTABELECIMENTO DO INSTITUTO DONA ANA ROSA. **Seus Estatuto e Regulamentos Internos.** São Paulo, 1875.
- GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas.** São Paulo: Editora Ática, 2000.
- GORDINHO, M. C. (org.). **Instituto Dona Ana Rosa: 125 anos.** São Paulo: Editora Marca d'Água, 1999.
- GORDINHO, M. C. **Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: missão excelência.** São Paulo: Editora Marca d'Água, 2000.
- HILSDORF, M. L. S. Tão longe, tão perto - As meninas do seminário. *In:* BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil - Século XIX.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2.
- HILSDORF, M. L. S.; SOUZA, M. C. C. Entre oligarquias republicanas e igreja ultramontana, um olhar para os esquecidos: José Vicente de Azevedo e a educação das meninas negras. Sociedade Brasileira de História da Educação. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Campinas. **Anais...** Campinas, 2000.
- INTERNATO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO IPIRANGA. Anotações de matrícula. São Paulo: Museu José Vicente de Azevedo. MVA.A.000.193
- INTERNATO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO IPIRANGA. Denominação, fins e modo de funcionamento. São Paulo: Museu José Vicente de Azevedo. MVA.A.001.619
- ISAÚ, M. Educação Salesiana no Brasil e no Sudeste de 1880 a 1922: dimensões e atuação em diversos contextos. **Revista HISTEDBR,** Campinas, 2006.
- ISAÚ, M. **Liceu Coração de Jesus: cem anos de atividade de uma escola numa cidade dinâmica e em transformação.** São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1985.
- KUHLMANN, M. J. A educação Infantil no século XX. *In:* BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil - Século XIX.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2.
- KUVASNEY, E. **A representação da cidade de São Paulo nos albores do século XX: os mapas como operadores na construção da cidade espraiada.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- LAPA, J. R. A. **Os excluídos: contribuição à História da pobreza no Brasil (1850 - 1930).** Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- LEITE, M. L. M. O óbvio e o contraditório da roda. *In:* DEL PRIORE, M. (org.) **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.
- LOMBROSO, C. A infância abandonada. **A Cidade,** Ribeirão Preto, n. 50, p. 1, 28 fev. 1905.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito menor. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História da Criança no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919):** uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINEZ, P. H. Estado e amparo social no Império do Brasil (1822-1831). **Revista da ABET (Impresso)**, São Paulo, v. III, p. 151-165, jan./jun.2003.

MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. Notas para a História da educação: considerações acerca do decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio De Carvalho. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 34, p. 294-305, 2009.

MORAES, C. S. V. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 70 - 96, 2000.

PAIVA, O. C. **Histórias da (D) migração:** imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

PITILLO, S. A. F. **Os salesianos no Brasil:** uma visão histórico-reflexiva de um discurso universalizante inconsistente. 2017. 293 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

RIZZINI, I. Pequenos Trabalhadores do Brasil. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

ROCHA, J. F. T. **Do asilo de expostos ao berçário:** assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896 - 1936). 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História da Criança no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SCACCHETTI, C.; LOPES, L. S. A evolução da carga tributária na província de São Paulo, 1835-1889. **Revista Resgate**, v. 26, n. 1, p. 105-136, jan./jun. 2018.

SCHWARCZ, L. M. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. VIII, n. 20, p. 137-157, 1994.

SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, C. M. **Poder político e distribuição orçamentária em São Paulo na Primeira República 1890-1920**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

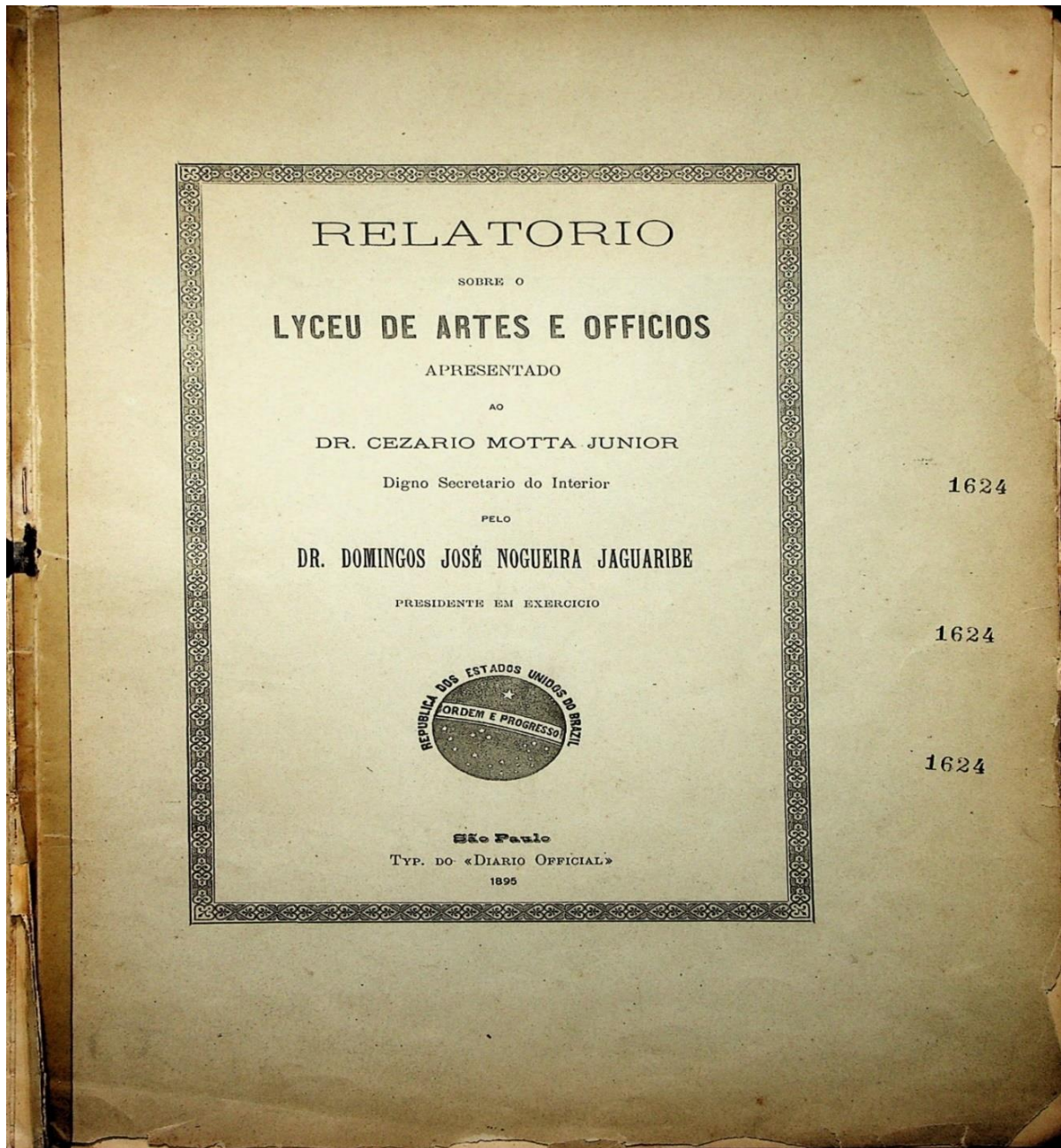
SOUZA, L. E. S. Asylo de meninas órfãs e desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga: relações raciais e educação feminina na São Paulo pós-abolição. *In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL*, 9., 2019, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2019.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

ANEXOS

ANEXO A - Relatório sobre o Lyceu Artes e Offícios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe (1895)⁸

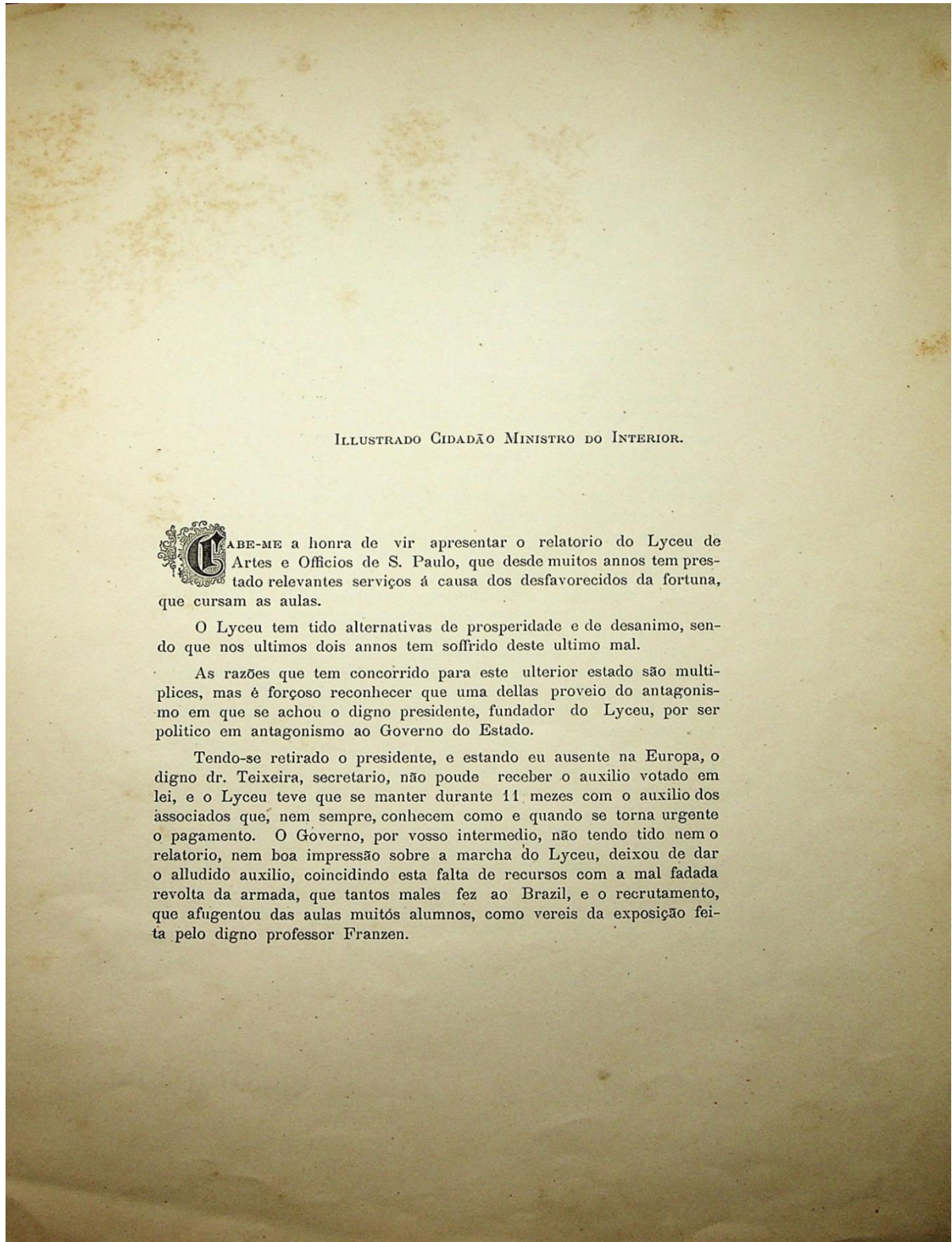
Figura 9 - Relatório sobre o Lyceu Artes e Offícios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe - 1895 (parte 1)



Fonte: Arquivo do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

⁸ Fonte: Arquivo do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Figura 10 - Relatório sobre o Lyceu Artes e Offícios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe - 1895 (parte 2)



Fonte: Arquivo do Liceu de Artes e Offícios de São Paulo

Figura 11 - Relatório sobre o Lyceu Artes e Offícios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe - 1895 (parte 3)

— 4 —

Chegando da Europa, onde não deixei de prestar serviços ao paiz, tive que assumir a presidencia do Lyceu, reconhecendo que o desanimado invadia todos. Com a minha presença, reconhecemos todos que o esmorecimento do cumprimento dos nossos deveres era sem causa, desde que estava dirigindo o ministerio a cuja repartição pertencia o Lyceu, o dr. Cezario Motta, que tanto impulso tem dado á instrucção publica, e que me garantia sua cooperação, para uma reforma do Lyceu, fornecendo casa, e dando meios de se estabelecerem novas officinas.

Os mezes em que tive a honra de dirigir o Lyceu, foram da maior animação, havendo muitas matriculas que attingiram a 500; a frequencia foi regular, o aproveitamento real. Para tirar duvidas do espirito dos alumnos, a respeito de recrutamento, fiz presente de mil diplomas impressos, de accordo com as auctoridades, afim de que cada alumno apresentasse o certificado da matricula, si lhe fosse exigido.

Considerando-se o Lyceu como fonte de ensinamento, só ha a elogiar-se a sua missão; mas para que ella preencha este fim, é preciso uma reforma, que está sendo estudada, por vossa iniciativa.

A criação de novas officinas, entre as quaes lembrarei uma de typographia, para os dois sexos, outra de encadernação, são medidas que devem concorrer para dar novas profissões, aliás rendosas e que em São Paulo são quasi desconhecidas.

Si o nome Lyceu indica que sua missão é ensinar, os nomes—artes e officios—indicam tambem, que sem estas e outras officinas, não se terá preenchido o desideratum da Associação.

Muitos foram os alumnos premiados, mas me parece que se deverá estabelecer um só premio, para cada aula, ficando os premios que se fizerem, em dinheiro, para aquelles que forem mais assiduos e tiverem aproveitado nos estubos, pois deste modo se evitará que alumnos adiantados de outras aulas, venham se matricular nas vespersas dos exames.

Com estabilidade, com o apoio do Governo, com um appello aos homens bem intencionados do Estado, o Lyceu poderá dar começo a um fundo de reserva, indispensavel para que fique ao abrigo de futuras emergencias.

O auxilio de 12 contos que acaba de ser dado pelo Governo, é prova evidente das boas intenções que tem. E' conveniente que seja nomeada uma commissão que proceda aos exames no fim de cada anno, afim de ser o Governo melhor informado sobre o progresso das aulas.

Tendo de se proceder a nova eleição, outros cidadãos virão dar mais impulso ao Lyceu. Com estas observações termino o meu insi-

Figura 12 - Relatório sobre o Lyceu Artes e Offícios apresentado ao Dr. Cezário Motta Junior pelo Dr. Domingos José Nogueira Jaguaribe - 1895 (parte 4)

— 5 —

gnificante relatório, acompanhando-o dos relatórios dos professores, aos quaes eu pedi que m'os dessem com as observações que a pratica do ensino houvesse ditado. Pedi tambem o balancete das despesas, e assim poderá o Governo julgar do modo como foram feitas.

Encerrando as aulas no dia da proclamação da Republica, foi nosso fim fazer com que os alumnos, recebendo os premios, no meio de modesta festa, procurassem se tornar dignos della.

S. Paulo, 1.º de Dezembro de 1894.

DR. DOMINGOS JOSÉ NOGUEIRA JAGUARIBE.
Presidente em exercicio.

PESSOAL REMUNERADO

Mathias Teixeira da Silva Pinto	50\$000
Josaphat Soares	50\$000
João Carlos da Silva	50\$000
David Gomes	30\$000

PROFESSORES

Fernando Martins Bonilha Junior	50\$000
Antonio Gabriel Franzen	50\$000
Dr. Alvaro Guimarães	50\$000
Joaquim Antonio de Sant'Anna	50\$000
Rosalbino Santoro	120\$000
Tertuliano Delfim	50\$000

N. B.—O aluguel da casa tomada por contracto é de 300\$000. Afim de obter sensivel reduçção o dr. secretario fez sublocar alguns commodos. Devo confessar que de modo algum concordarei com esta pratica.

S. Paulo 1.º de Dezembro de 1894.

ANEXO B - Estatuto de 1897 do Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga⁹

ASILO DE MENINAS ORPHANS DE N. S. AUXILIADORA DO YPIRANGA

Estatutos de 1897

O “Asylo de Meninas Orphans de N. S. Auxiliadora do Ypiranga”, instituto destinado a receber e educar meninas orphans desamparadas, fundado na colina do Ypiranga, arrebalde desta Capital, pelo dr. José Vicente de Azevedo e sua mulher, que também este assigna, e levado a efeito por iniciativa e ás expensas do mesmo fundador auxiliado com algumas esmolos expontaneas, cujas obras foram começadas em 1889 e interrompidas por motivo de força maior (embargo de obra nova oposto pelo Presidente da Commissão do Monumento do Ypiranga e cujo pleito durou cerca de quatro anos), sendo continuadas em 1895 e concluídas em Outubro de 1896, acha-se constituído e funcionando pelo fórma seguinte:

1º

Está estabelecido na referida colina histórica, sob a denominação de “Asylo de Meninas Orphans e Internato de N. S. Auxiliadora do Ypiranga” sendo que antes era também chamado, por alguns, “Instituto São José”, “Asylo de Meninas Orphans Desamparadas, etc.

2º

Acha-se entregue e confiado á direcção interna das Irmãs “Filhas de Maria Auxiliadora” da Associação fundada por D. Bosco, conhecida pelo nome de Salesianos, e os fins que se propõe preencher são: dar abrigo, ensino e educação sob as bases da moral chirstã catholica e na conformidade do seu regimento interno, a meninas orphans desvalidas, em numero ilimitado, isto é, tantas quantas os recursos comportarem; com uma secção de meninas pensionistas para auxilio e coadjuvação do custeio do serviço gratuito; conservando-se esta secção enquanto convier ou só enquanto não houver os necessário meios para a sustenção e educação exclusivamente de orphans desamparadas, visto ser precisamente este o objetivo para que foi fundado e a que se destina o Asylo.

3º

Em juízo e nas suas relações com terceiros, com sede e fôro nesta cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, Estados Unidos do Brazil, é representado activa e passivamente por um administrador, que, por morte ou renuncia do actual, será quem fôr eleito anualmente podendo ser reeleito, ou eleito por tempo indeterminado d’entre os cinco membros de que, pelo menos, sempre se comporá a sua direcção externa.

O administrador prestará contas ao conselho director, especialmente no fim de cada ano, do que houver recebido, e despendido no interesse do Asylo, como dadivas, esmolos, auxílios, legados, heranças, etc., tendo para esse fim a necessária escripturação.

⁹ Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 12 de agosto de 1897 na Secção “Publicações particulares”. Foram esses estatutos arquivados com seu regulamento, sob o nº 40, no então único Registro Geral e de Hipotecas desta Capital.

4º

As faltas por morte, renuncia ou outras causas de um ou mais membros desta direcção, serão preenchidas com a nomeação de outros, pelo membro ou membros restantes, de modo a existir sempre o numero completo do conselho director.

Em livro competente serão lançados todos os actos e delineações do conselho director, e devidamente registradas as modificações no seu pessoal, afim de em qualquer ocasião poder-se saber quem preenche as funções de administrador e representante, de que trata p numero antecedente.

5º

O administrador e representante do Asylo continua a ser o seu fundador, o primeiro abaixo assignado, com a responsabilidade do direito comum em relação aos interesses da pessoa jurídica representada.

6º

Os membros directores não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações que o administrador representante do Asylo contrahir expressa ou intencionalmente em nome deste.

7º

Para a damissão no Asylo, terão preferencia, em igualdade de condições, as orphans filhas de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Cathedral de São Paulo, ou outras, em falta dessas, que forem oficialmente recomendadas pela Mesa Administrativa da dita Irmandade, desde que, a juízo da Superiora ou Directora do Asylo, estejam nas condições exigidas quer para a entrada, quer para a permanência no estabelecimento, não tendo a Mesa Administrativa ou quem quer que seja da referida Irmandade o direito de imiscuir-se ou intervir, de modo algum, nos actos peculiares á direcção dos negócios e serviços internos do Asylo; ficando, outrossim, de nenhum efeito a preferencia estabelecida, toda vez que houver qualquer exigência ou imposição a tal respeito por parte da Mesa ou Administração da Irmandade.

8º

O Asylo gosa de dispensa ou isenção de direitos e impostos, outorgada pela lei estadual n. 183 de 27 de maio de 1898, e tem gratuitamente o uso e goso perpetuo da agua potável que se acha canalizada para o serviço do estabelecimento e todas as suas dependências, conforme a concessão feita pelo Governo de S. Paulo, a requerimento do fundador e por despacho do dr. Secretario da Fazenda de 29 de julho de 1895.

9º

Por acordo entre as partes contractantes foram consideradas sem efeito as escripturas lavradas em 19 de outubro e 18 de dezembro de 1896 nas notas do 2º tabelião desta cidade, major José de Paula Queiroz Junior; sem prejuízo de outro acordo que sobre objecto das mesmas escripturas seja feito posteriormente.

10º

O Asylo de Meninas Orphans do Ypiranga existirá por tempo indefinido. Si por qualquer causa torna-se definitivamente impossível a sua continuação pela forma estabelecida quanto á sua direcção externa, liquidado o seu passivo, será transferido para a Diocese de S. Paulo, representada pelo Prelado Diocesano, ou quem de direito, ou para a Irmandade do SS. Sacramento da Cathedral, representada por quem de direito, e, esta não existindo ou não o aceitando, para a Santa Casa de Misericordia de Lorena, a qual também não existindo ou não podendo manter, passará para a Santa Casa de Misericordia desta cidade, sempre para fins idênticos ou análogos.

S. Paulo, 4 de maio de 1897.

José Vicente de Azevedo.

Candida Bueno Lopes de Oliveira Azevedo, casada com o fundador.

Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

Domingos Sertorio.

Afrodisio Vidgal.

Gabriel Rebouças Lemes.

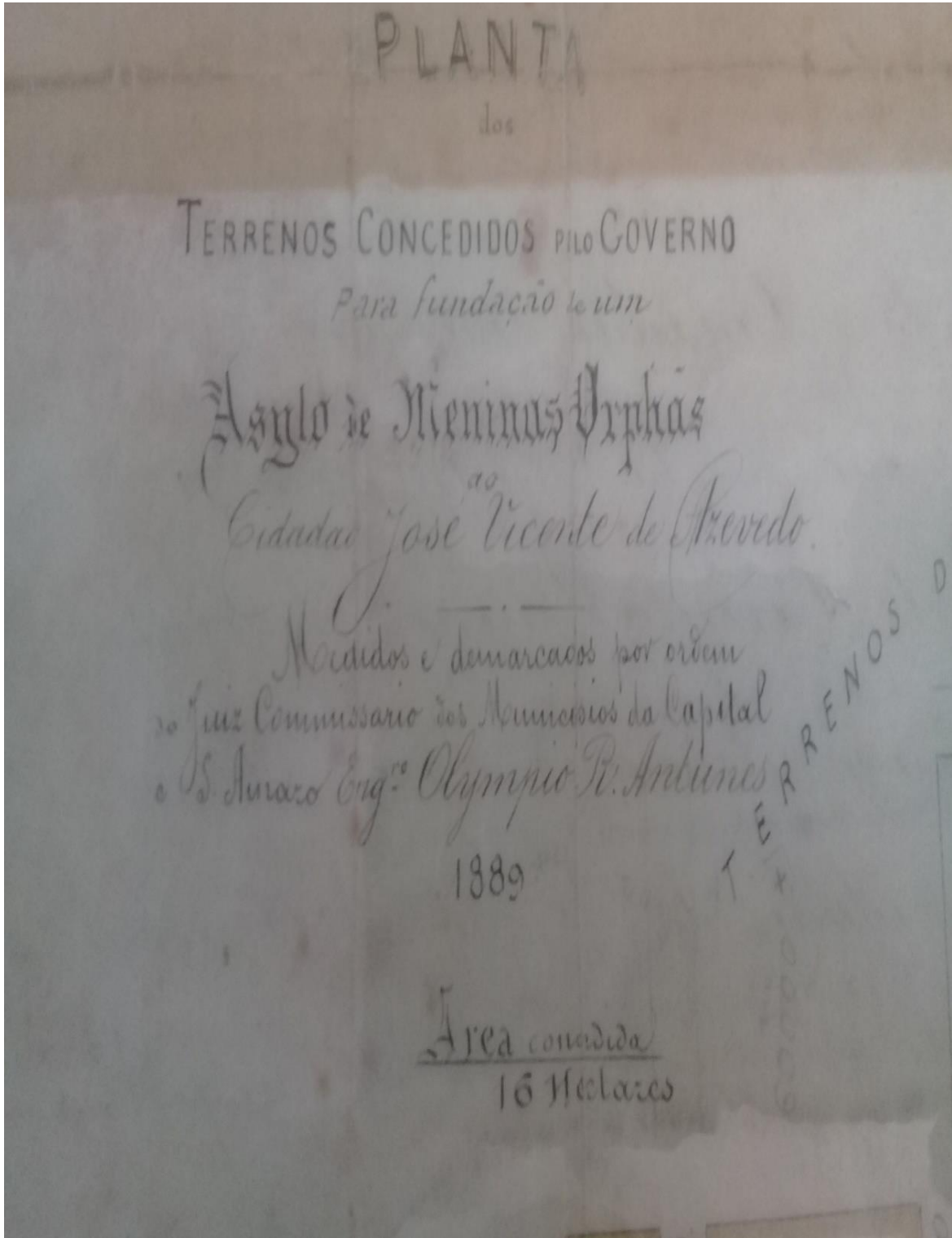
Reconheço verdadeiras as firmas.

S. Paulo, 5 de maio de 1897.

Em testemunho da verdade (estava o signal publico). O 3º Tabelião Antonio Archanjo Dias Baptista.

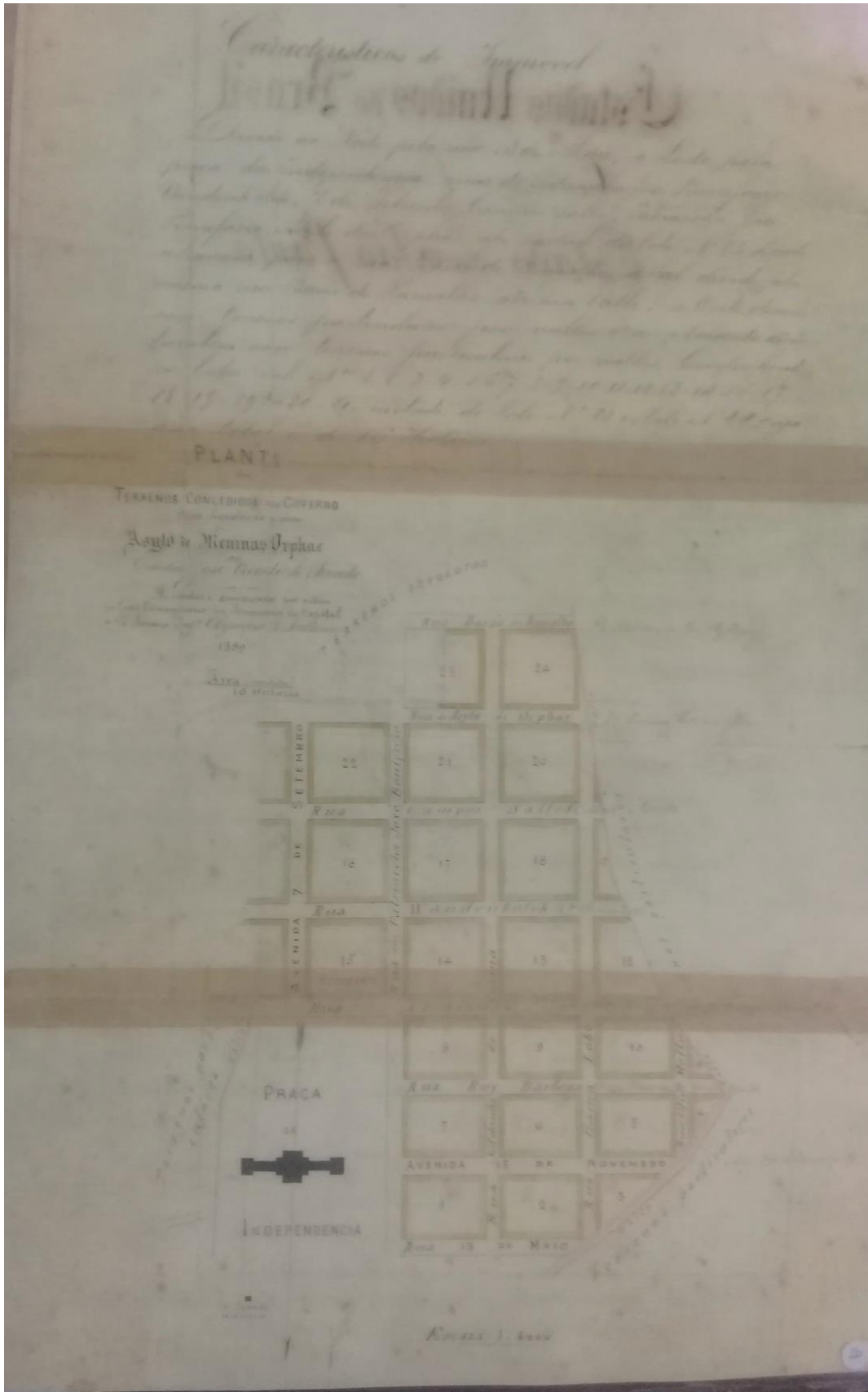
ANEXO C - Plantas dos terrenos concedidos pelo governo em favor do Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga

Figura 13 - Planta dos terrenos concedidos pelo Governo em favor do Asilo Nossa Senhora do Ipiranga (1889) - Parte 1



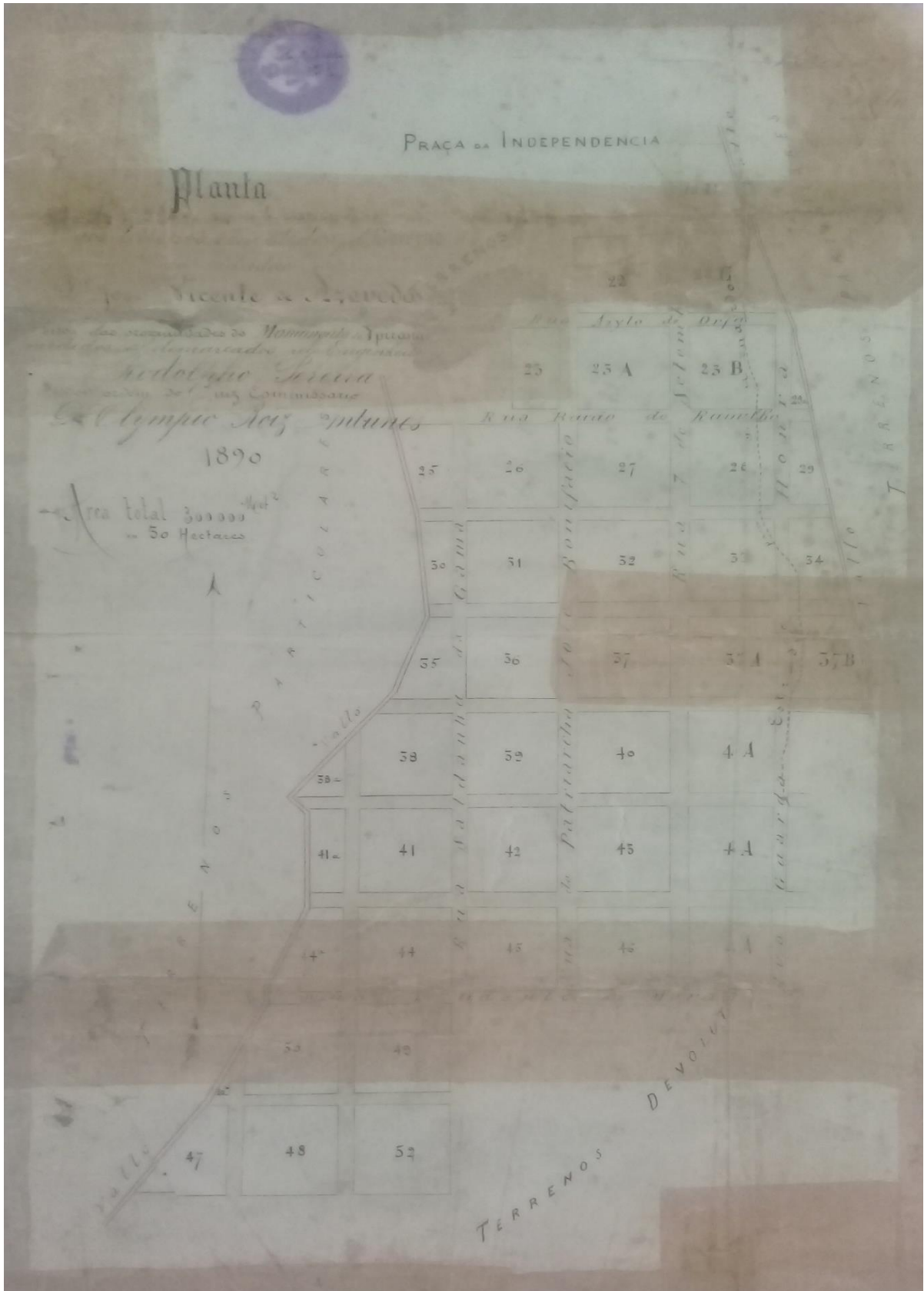
Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Figura 14 - Planta dos terrenos concedidos pelo Governo em favor do Asilo Nossa Senhora do Ipiranga (1889) - Parte 2



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo

Figura 15 - Planta dos terrenos concedidos pelo Governo em favor do Asilo Nossa Senhora do Ipiranga (1889) - Parte 3



Fonte: Arquivo do Museu Vicente de Azevedo